

FL
908
141



1984 JUN 22

BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO

Em 6 de Junho de 1984, o Sr. Rui de Matos Machado foi eleito presidente da comissão, que foi integrada no Município de Aveiro, através da aquisição de um espaço para a instalação de uma biblioteca municipal de Aveiro.

Em 20 de Junho de 1984, a Câmara Municipal de Aveiro, através da Assembleia Municipal de Aveiro - A.M.A., a Família do Município decidiu estabelecer e garantir o funcionamento da biblioteca municipal de Aveiro, em reunião de 19 de Agosto de 1984, para o efeito do seguinte:



**INTERDITO
AO
EMPRÉSTIMO**

UMA PARÓQUIA AVIEIRO E HORTA DA CAVA - Edição 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025

BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO

Publicação Semestral de índole Cultural e recreativa

1984

REGISTRO MUNICIPAL DE AVIARO



BOLETIN MUNICIPAL DE AVIARO



bibRIA

EMISSORAS
DE
INTERIO



FORAL DE ESGUEIRA

Em 8 de Junho de 1515, El-Rei D. Manuel I concedeu foral a Esgueira. O exemplar, que foi propriedade do Mosteiro de Lorvão — donatário da vila — encontra-se hoje no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Quanto ao outro exemplar, com selo de chumbo pendente, que pertenceu à Câmara do extinto concelho de Esgueira e que lhe fora oficialmente entregue em 2 de Setembro de 1516, desconhecia-se o seu paradeiro.

Todavia, nas suas constantes pesquisas, o Dr. Francisco Ferreira Neves teve a dita de o descobrir e adquiriu-o por compra. Após a morte deste insigne aveirense, ocorrida em 20 de Junho de 1984, e na sequência de várias diligências e conversações, em que participou a Associação dos Antigos Alunos do Liceu de Aveiro — A.L.A., a Família do saudoso extinto resolveu generosa e graciosamente doar o importantíssimo documento à Câmara Municipal de Aveiro, que o aceitou, em reunião de 19 de Agosto findo, para o integrar no seu arquivo histórico.

NAS PÁGINAS ANTERIOR E POSTERIOR DA CAPA — Primeira folha, frente e verso, do foral de Esgueira. Arranjo de Jeremias Bandarra.

BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO

Publicação Semestral de Índole Cultural e Informativa

Dezembro de 1985

FORAL DE ESQUEIRA

bibRIA

BOLETIM N.º 6

- Direcção** ● Presidente da Câmara Municipal de Aveiro
Vereador do Pelouro da Cultura
- Propriedade** ● Câmara Municipal de Aveiro
- Redacção** ● Praça da República — Aveiro — Tel. 24081/82
- Supervisão** ● Assessor Cultural da C.M.A.
- Tiragem** ● 1 500 exemplares
- Composição e Impressão** ● Tipave — Tipografia de Aveiro, Lda.
Estrada de Tabueira — 3800 AVEIRO

SUMÁRIO

FORAL DE ESGUEIRA	• Redacção	• 3
PALAVRAS DE ABERTURA	• Dr. José Girão Pereira Presidente da Câmara Municipal	• 7
DUAS PALAVRAS	• Custódio Ramos Vereador do Pelouro da Cultura	• 9
CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO	• Redacção	• 10
A FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	• João Gonçalves Gaspar	• 11
EFEMÉRIDES AVEIRENSES	• Redacção	• 24
MOLICEIROS	• Redacção Amadeu de Sousa Jeremias Bandarra Daniel Tércio Ramos Guimarães	• 25
CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE AVEIRO	• Redacção	• 31
NOTICIÁRIO	• Redacção	• 34
NOTÍCIAS BREVES	• Redacção	• 42
EDIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL	• Redacção	• 44
O ARQUIVO MUNICIPAL DE AVEIRO	• Fernando de Sousa Gaspar Pereira Jorge Alves Jorge Ribeiro	•
O ARQUIVO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AVEIRO	• Idem	•

SUMÁRIO

1	•	•	FORAL DE ESQUEJA
2	•	•	PAJARRAS DE ABERTURA
3	•	•	DUAS PAJARRAS
4	•	•	CÂMARA MUNICIPAL DE AVERIG
5	•	•	A PRÉCUBA DE NOSSA SENHORA DE FATIMA
6	•	•	EMERGENCIAS AVARIAS
7	•	•	MORCELOS
8	•	•	CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE AVERIG
9	•	•	NOTARIÁRIO
10	•	•	NOTÍCIAS BREVES
11	•	•	EDIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL
12	•	•	O ARQUIVO MUNICIPAL DE AVERIG
13	•	•	O ARQUIVO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AVERIG

bibRIA

BOLETIM Nº 8

- Direção
- Propriedade
- Redacção
- Supervisão
- Impressão
- Composição
- Distribuição

PALAVRAS DE ABERTURA

Este número do BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO é, por coincidência, o último que se publica antes do termo do actual mandato do Executivo Camarário. O Presidente, primeiro responsável da Autarquia, terá, por isso, uma palavra a dizer aqui, que mais não será que uma simples abertura.

Sempre entendi, no desempenho das funções que a maioria dos Aveirenses me confiou, que a função pública de gerir ou administrar uma Câmara pode e deve ser considerada como um serviço de Cultura, tomado em sentido amplo, mas verdadeiro. Servir o Homem, responsabilizando-se pelo bem-estar e pelo progresso das populações, é uma manifestação pragmática daquela Cultura que se vai adquirindo pelo estudo, pela experiência, pelo senso comum e pelo contacto social.

Ao longo das páginas das diversas edições do **Boletim Municipal**, depreende-se, mais ou menos claramente, como a Cultura, de facto, tem estado subjacente às actividades da Câmara, na sua sincera aspiração de salvaguardar ou pôr em evidência monumentos seculares, de obstar ao desaparecimento de edifícios de valor histórico ou artístico, de recolher pinturas, peças cerâmicas ou líticas que se considerem de interesse, de entusiasmar jovens e adultos a estudarem e tornarem conhecida a nossa história e as nossas artes tradicionais, de subsidiar e encorajar grupos folclóricos, bandas musicais, coros polifónicos, agrupamentos culturais e outras associações ou manifestações congêneres.

Fez-se pouco? Talvez. Todos desejaríamos mais e melhor. Mas deu-se resposta na medida do possível, dentro dos nossos condicionalismos.

Numa urbe e num concelho que não pára de crescer e de se desenvolver, mesmo desmedidamente, ultrapassando projectos e planos directores, tem sido uma das nossas preocupações «humanizar a cidade», isto é, dar alternativas aos Aveirenses de se sentirem cada vez mais realizados como homens e como mulheres, proporcionando-lhes condições de estabelecerem entre

si laços de uma autêntica comunidade social, ou de formarem pequenas comunidades dentro da comunidade maior.

Julgamos que o **Boletim Municipal** é credor de uma boa quota-parte na realização deste desideratum, não só estando aberto à publicação de artigos e estudos, mas também informando e mesmo divulgando aquelas notícias que se enquadram dentro dos parâmetros que lhe foram traçados desde o início da sua publicação.

Nesta altura, expresso pessoalmente o meu louvor e a minha gratidão ao Vereador do Pelouro da Cultura, que tomou directamente o encargo do **Boletim Municipal**, aos seus imediatos colaboradores e a todos os que contribuíram para que a revista fosse uma consoladora realidade. Faço votos por que continue a editar-se, para bem da Cultura... para bem de Aveiro.

José Girão Pereira

Presidente da Câmara Municipal de Aveiro

DUAS PALAVRAS

O número seis do BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO é, de certo modo, um número especial, face à matéria de fundo que nele se divulga: os inventários do Arquivo Municipal e da Santa Casa da Misericórdia.

Trata-se, de facto, de dois importantíssimos trabalhos assinados por uma equipa de docentes da Faculdade de Letras do Porto, coordenada pelo Senhor Professor Doutor Fernando Alberto Pereira de Sousa, que muito amavelmente acedeu ao convite que, em devido tempo, lhe formulámos.

Com a sua publicação, a que corresponderá uma reorganização interna dos respectivos arquivos, fica preenchida uma lacuna que, de há muito, se fazia sentir e se traduzia numa barreira intransponível para quantos tentavam perscrutar os escaninhos da época dos nossos antepassados.

Para o signatário, o sexto Boletim Municipal de Aveiro será particularmente especial por ser o último número editado sob a sua directa responsabilidade, em virtude da cessação de funções em Janeiro de 1986. Por isso, desejamos expressar, desde já, um voto muito sincero: que o Boletim continue de boa saúde e cada vez melhor.

Foram quatro anos generosamente devotados à causa do Poder Local, com particular incidência na área da Cultura. Em quatro anos da vida de qualquer mortal, quantos projectos não passam de meros sonhos! Quantos sonhos se não transformam em realidades desanimadoras!

Sabemos que alguns objectivos não foram plenamente atingidos. Pensamos, no entanto, que, apesar de tudo, valeu a pena e que o saldo não será negativo. Não tanto pelo que fizemos, mas sobretudo pelo que proporcionámos se fizesse. Esta foi aliás a tónica da política cultural prosseguida, pois a nossa concepção de acção cultural assenta na participação, rejeitando o dirigismo. Só assim se promove a autêntica Cultura.

Por isso, cabe aqui destacar o valioso trabalho desenvolvido nos últimos anos por associações, agrupamentos, bandas de música ou artistas de todo o concelho. Eles foram e serão sempre os melhores agentes culturais. Eles merecem o maior apoio e carinho. Aqui deixamos o nosso testemunho, a nossa gratidão.

Os homens passam mas a vida continua.

Ao concluir-se mais um ciclo de vida da comunidade aveirense, poderemos dizer com humildade mas com satisfação interior: **missão cumprida**. Connosco irá apenas a riqueza de uma experiência extraordinária e a honra de termos servido a Cultura e as Gentes de Aveiro.

Custódio Ramos
Vereador da Cultura

CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO TRIÉNIO DE 1983-1985



Presidente: Dr. José Girão Pereira (ao centro);

Vereadores: (da esquerda para a direita):

- Dr. Celso de Sousa Figueiredo Gomes;
- Custódio das Neves Lopes Ramos;
- Eng.º José Arménio Sequeira Pereira;
- Eng.º Vitor José Pedrosa da Silva;
- Cap. Luís António Moreira Tavares;
- Dr. Manuel Maria Portugal da Fonseca.

A FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

A recente criação da freguesia de Nossa Senhora de Fátima, no concelho de Aveiro, dá-nos a oportunidade de recordar, embora sucintamente, por vezes anotando apenas, alguns pontos mais salientes, tanto do processo eclesiástico como do processo civil, que conduziram ao início da vida autónoma da nova autarquia.

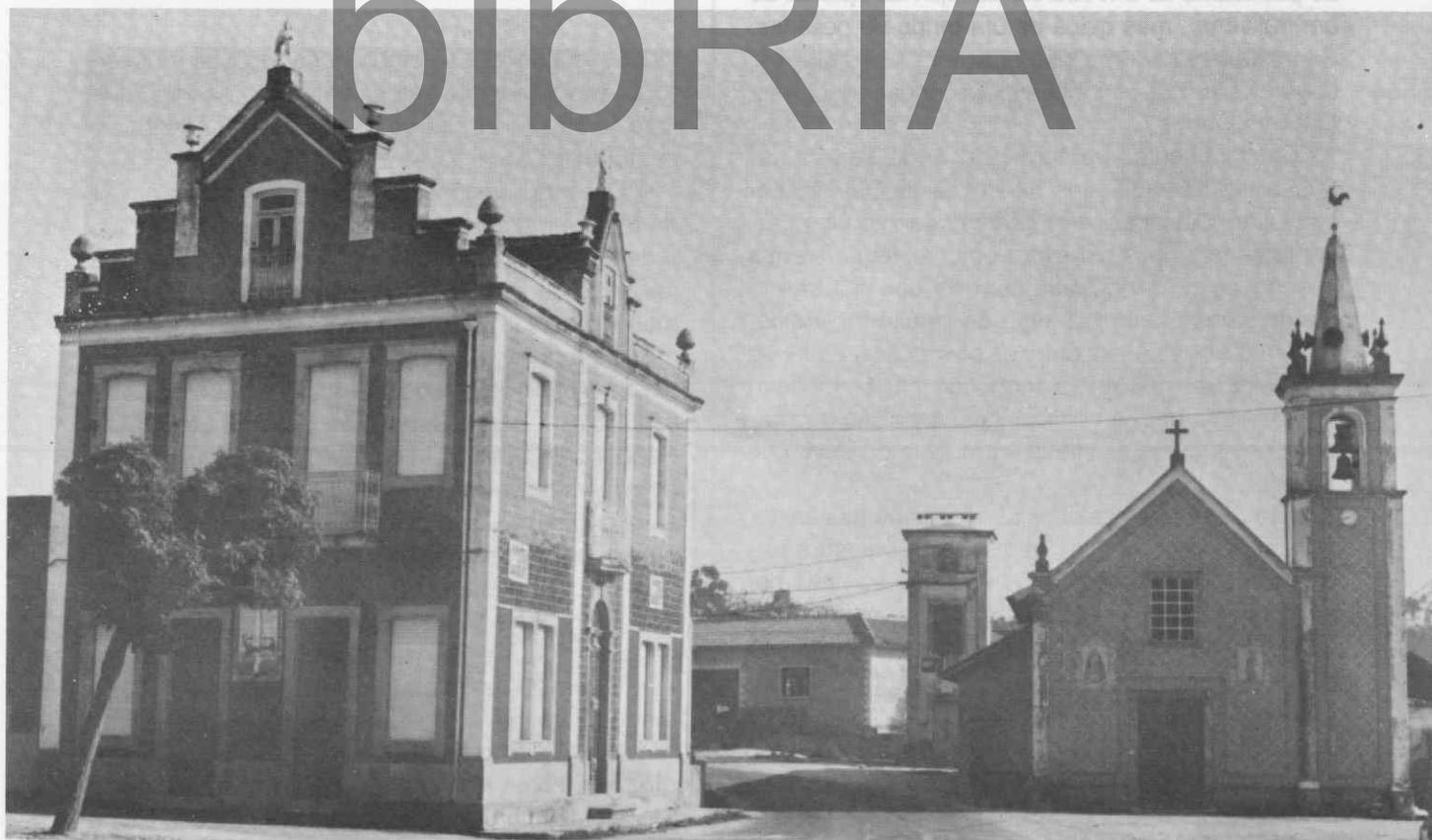
Um pormenor curioso, que não passou despercebido, foi o de a freguesia ser instituída precisamente em 1985 — ano em que a paróquia celebrava em júbilo as bodas de prata da sua fundação.

1. — O sonho de uma paróquia

Em 28 de Março de 1954, o então bispo auxiliar de Aveiro D. Domingos da Apresentação Fernan-

des, fazendo pela primeira vez a visita pastoral à freguesia de Requeixo, deslocou-se às povoações de Mamodeiro e da Póvoa do Valado e verificou a demasiada distância até à igreja paroquial e a exiguidade das respectivas capelas; e o mesmo veio a constatar posteriormente, sobretudo em 1957. Perante tais realidades incontrovertidas, o prelado foi sugerindo a urgência de um lugar de culto suficientemente amplo que servisse equidistantemente as duas povoações . . . senão mesmo um centro paroquial e autónomo. Mas isto era apenas um sonho.

Contudo, a ideia, assim lançada, foi ao encontro de uma aspiração latente que, decerto, já se achava enraizada no íntimo das pessoas, especialmente entre os habitantes da Póvoa do Valado — o lugar mais retirado da matriz e da sede da Junta de Fre-



Póvoa do Valado — Capela de Nossa Senhora das Preces e largo público.

guesia. Pode servir de testemunho comprovativo desta asserção o que se passou no dia 15 de Julho de 1956: publicamente e perante a autoridade diocesana, era feita uma afirmação ousada e sem reticências. Também aqui se pode verificar que o sentido da autonomia partiu do povo; o instrumento legal viria apenas ratificar juridicamente o que por todos era sentido.

Na tarde daquele dia, na igreja paroquial de S. Paio de Requeixo, sob a presidência do arcebispo-bispo de Aveiro, D. João Evangelista de Lima Vidal, e com a presença do bispo auxiliar, realizou-se uma reunião com diversos chefes de família de toda a paróquia, para se reflectir sobre uma única questão: se restaurar a igreja matriz, solitária num ermo e afastada de todas as povoações da freguesia, se demoli-la e construir novo edifício num lugar mais central. Pronunciaram-se alguns presentes... e outrossim alguém da Póvoa do Valado, que peremptoriamente disse: — «Nós, os da Póvoa do Valado, queremos uma nova freguesia com Mamodeiro». A afirmação, ali inesperada, provocou um certo burburinho, ao que o arcebispo atalhou: — «Isso é outra coisa... não é para isso que estamos aqui, neste momento»... A reunião terminou, optando-se pela restauração da igreja setecentista, para cujas obras todos os lugares concorreram. Todavia, na presença de pessoas categorizadas, fora lançado publicamente um secreto desejo não apenas de um indivíduo, mas quicá de um grupo de pessoas. Semelhara-se a uma pedrada num lago, que iria originar círculos concêntricos de ondas, cada vez mais afastados.

Efectivamente, na tarde de 2 de Agosto de 1957, alguns habitantes da Póvoa do Valado, em comissão, deslocaram-se a Mamodeiro onde apresentaram a proposta de, em conjunto, requererem a criação de uma paróquia com os dois lugares; a matriz seria construída junto do cemitério, já existente a meia distância entre as povoações. Ao longo de vários meses, foi-se formando em Mamodeiro uma maioria que, a verificar-se a condição acordada sobre a igreja, aceitava a proposta da Póvoa do Valado.

Era certo que nas capelas, desde há muitas dezenas de anos, sempre se vinha celebrando a Eucaristia, aos domingos. Mas isso não se tinha por suficiente; tornava-se necessária uma maior atenção aos problemas da formação da fé cristã, da catequese, da administração dos sacramentos e da prática da caridade.

2. — O início do processo canónico

Entretanto, em 5 de Janeiro de 1958, faleceu o saudoso D. João Evangelista de Lima Vidal; no



Mamodeiro — Retábulo barroco do século XVIII, na capela de Nossa Senhora da Anunciação

mesmo dia, foi eleito como vigário capitular de Aveiro D. Domingos da Apresentação Fernandes, que logo tomou a seu cargo o serviço e a orientação pastoral da Diocese.

Durante a vacância da Sé, precisamente em 21 de Maio, uma comissão mista da Póvoa do Valado e de Mamodeiro deslocou-se à casa episcopal e aí foi recebida pelo prelado, a quem formulou oralmente o pedido da criação da paróquia, englobando os dois lugares; D. Domingos aceitaria, em princípio, a pretensão, propondo que à nova circunscrição eclesiástica fosse dado o nome de Nossa Senhora de Fátima. Informado de que uma considerável minoria de Mamodeiro se opunha ao desejo ali expresso, o bispo prometeu ir lá, em breve, para pessoalmente tranquilizar as pessoas e desfazer quaisquer dúvidas.

Em 11 de Agosto do mesmo ano, D. Domingos da Apresentação Fernandes era nomeado bispo de Aveiro; em 29 de Setembro, entraria na posse deste munus e, como tal, iniciaria a sua actividade.

Logo que lhe foi possível, deslocou-se a Mamodeiro, como tinha prometido. Isto aconteceu em 21 de Dezembro; na capela celebrou a Eucaristia e falou ao povo, esclarecendo que a criação da nova paróquia não traria qualquer prejuízo mas sim diversas vantagens. Pode dizer-se que em Mamodei-

ro, assim como na Póvoa do Valado, passara a haver uma certa unanimidade sobre este assunto candente. Decorridos quinze dias, em 5 de Janeiro de 1959, foi dirigida ao prelado aveirense a primeira exposição escrita sobre o assunto, assinada por quarenta e nove chefes de família e pessoas responsáveis, todas residentes em Mamodeiro e na Póvoa do Valado. Nesse documento solicitava-se a criação de uma paróquia com as duas povoações, para o que se aduziam os seguintes motivos: a) — A distância de cerca de seis quilómetros e de quatro quilómetros, respectivamente, desde a matriz de S. Paio de Requeixo às capelas da Póvoa do Valado e de Mamodeiro — o que impedia os crentes, nomeadamente as crianças, de participarem com mais frequência nos actos da Igreja; b) — As capelas não comportavam todas as pessoas nas missas dominicais, ficando muitas de pé ou fora dos templos; c) — O índice gradual do aumento demográfico, sendo de presumir o seu constante crescimento; d) — O lugar de Mamodeiro contava cerca de duzentos fogos e o da Póvoa do Valado cerca de duzentos e trinta, com um total aproximado de mil e setecentos habitantes; e) — Como cerca de cento e setenta crianças dos dois lugares frequentavam a catequese, tornava-se indispensável um maior cui-

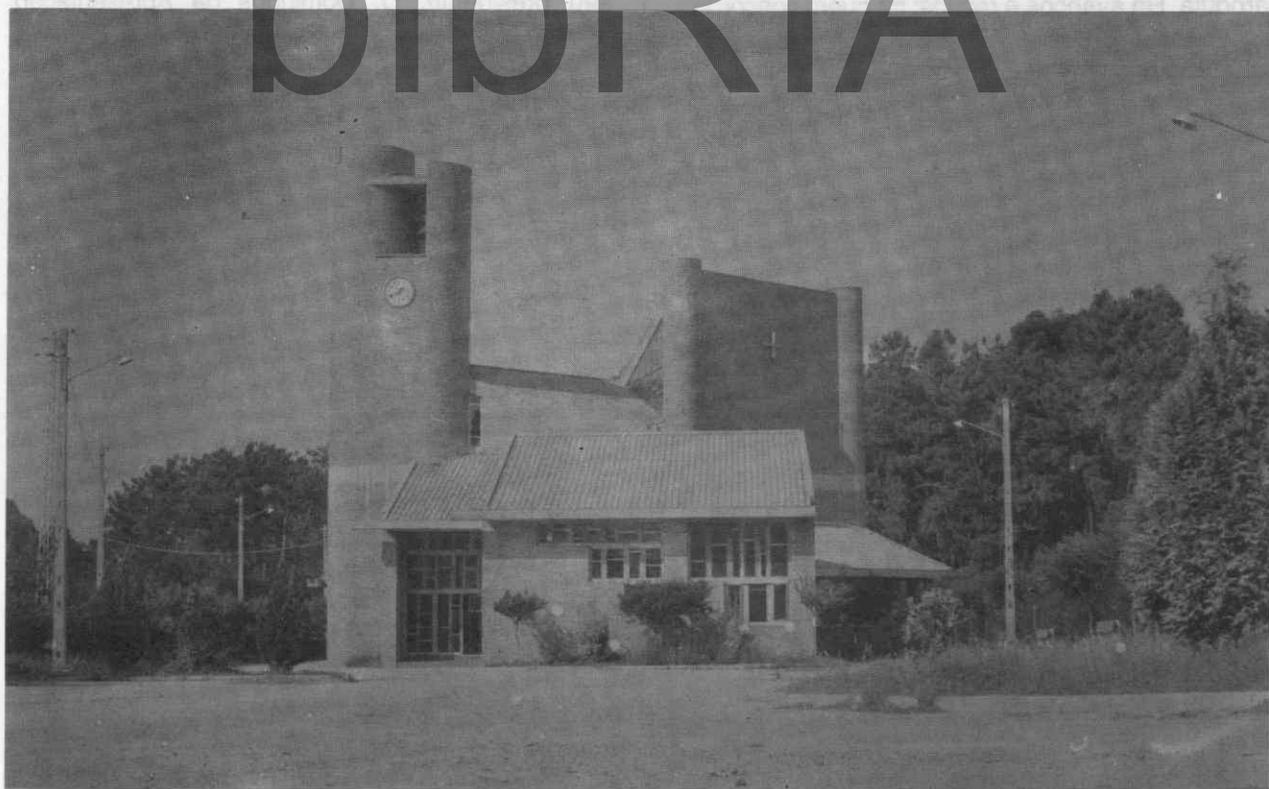
dado neste sector formativo e uma presença mais eficaz de um sacerdote; f) — Sendo impossível manter a unidade paroquial da freguesia de Requeixo pela dispersão geográfica das diversas povoações, julgava-se mais fácil criar e conservar a unidade de uma nova freguesia que englobasse Mamodeiro e Póvoa do Valado, vizinhas uma da outra; g) — A estas razões ainda se juntava a de já haver um único e comum cemitério para os dois lugares «que nós reconhecemos como o mais forte traço de união entre estes dois povos» — diziam.

Os requerentes garantiam finalmente não ser muito difícil a construção da igreja e responsabilizavam-se pela justa cõngrua devida ao pároco.

O prelado de Aveiro demorou algum tempo a despachar o requerimento — o que facilmente nos leva a concluir que consultou diversas pessoas entendidas e pensou maduramente no problema, acabando por ordenar, em 21 de Janeiro de 1959: — «Seja enviado ao reverendo pároco de Requeixo, para ele se pronunciar sobre o assunto da presente exposição». Entretanto, em 9 de Janeiro, já os requerentes se haviam adiantado em propostas de limites — o que foi julgado prematuro.

O pároco de Requeixo não atrasou a resposta; a sua informação tem a data de 4 de Fevereiro.

bibRIA



Igreja paroquial de Nossa Senhora de Fátima, construída em 1968 (Arquitecto Luis Cunha).

Declarava-se de acordo com a criação da nova freguesia, porque «como padre diocesano» se sentia conscientemente «integrado no espírito da mais perfeita identificação com a actividade e as directrizes pastorais do prelado da Diocese»; e acrescentava: — «Atraíçoiaria esta minha atitude, se hoje ousasse formular quaisquer objecções à criação da nova freguesia». No entanto, fazia algumas observações pertinentes sobre o futuro da velha paróquia de Requeixo, uma vez mutilada e reduzida a menos de metade; eram tema para séria reflexão.

Em face de um pedido do secretário da Câmara Eclesiástica para uma informação mais concreta, o pároco de Requeixo deu novo parecer em 19 de Fevereiro, onde se fazem esclarecimentos muito úteis. Nas suas palavras, nota-se, acima de tudo, o interesse do pastor de almas para quem o bem da Igreja é a norma orientadora. Se defende a unidade paroquial, fá-lo só até certo ponto, pois a conclusão sai-lhe quase espontânea: — «Que se proceda à criação duma nova freguesia, logo que possível».

3. — Da promessa à decisão final

O processo entrou seguidamente numa fase cheia de vicissitudes. Surgiram dúvidas e contratempos. Quase nunca é fácil a instituição de uma paróquia. Há avanços e recuos; há quem concorde,

quem discorde e quem se oponha; há novas hipóteses; há problemas de limitação; há desentendimentos entre os dois povos. Parecia navegar-se à deriva no alto mar, sem rumo e sem se avistar o porto de atracação. Começa-se a pôr de lado o nome proposto e a surgir o de Nossa Senhora das Precês para uma paróquia que apenas englobaria a lugar da Póvoa do Valado; por isso, o próprio sítio da igreja seria deslocado. Isto mesmo se conclui do despacho do bispo de Aveiro, de 22 de Junho de 1959, aposto no requerimento de uma comissão da Póvoa do Valado, onde se solicitava a criação da paróquia de Nossa Senhora das Precês; aí se lê, a certa altura: — «Fica formalmente prometida a criação da freguesia, mas só se tornará possível o cumprimento desta promessa, mediante as seguintes condições: a) — Constituição de uma comissão de culto local que dê suporte jurídico à aquisição dos bens necessários; b) — Construção da residência paroquial; c) — Posse jurídica dos bens prometidos e recolha dos donativos; d) — Compromisso, perante a Cúria Diocesana, da construção da igreja paroquial, no prazo de seis anos».

Obedecendo a este despacho, imediatamente o pároco de Requeixo diligenciou no sentido de escolher pessoas que formassem a «Comissão de Culto de Nossa Senhora das Precês», com sede na capela da Póvoa do Valado, requerendo a aprovação canónica em 14 de Julho; ele próprio seria o seu presidente. D. Domingos da Apresentação



Edifício da sede da Junta de Freguesia e do Centro Paroquial.

Fernandes, três dias depois, erigiu a dita Comissão de Culto, com personalidade jurídica no foro eclesiástico, ficando a reger-se pelo regulamento geral das «Fábricas das Igrejas Paroquiais». O facto foi comunicado, em 26 de Agosto, ao Governo Civil de Aveiro, para o respectivo reconhecimento oficial no foro civil, segundo o estabelecimento pela Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa.

Entretanto, principiara o ano de 1960. Em 11 de Março realizava-se mais uma reunião de pessoas de Mamodeiro e da Póvoa do Valado com o bispo da Diocese. Mantinha-se a hipótese da criação da paróquia com os dois lugares, mais vantajosa do que aquela que seria constituída apenas por um; todavia, a condição da futura igreja ser construída nas imediações do cemitério era um ponto irreversível para Mamodeiro. Se a mencionada condição se não pusesse ou se não verificasse, Mamodeiro desejava continuar integrado na freguesia de Requeixo.

Os meses foram seguindo. Uma benfeitora da Póvoa do Valado fez uma generosa oferta, em dinheiro, para a construção da futura igreja; um outro benfeitor, do mesmo lugar, prometeu toda a madeira necessária; a referida Comissão de Culto de Nossa Senhora das Preces deixou ao critério do prelado a escolha do titular da nova freguesia, comprometendo-se a aceitar incondicionalmente a sua decisão, qualquer que ela fosse; e, em 3 de

Agosto, foram definitivamente propostos os limites, logo aprovados.

Como é evidente, a decisão final do processo pertencia ao bispo de Aveiro. Foi ele que, depois de ouvir o Conselho dos Consultores Diocesanos, em 13 de Agosto de 1960 assinou e mandou publicar o decreto diocesano que criou a paróquia de Nossa Senhora de Fátima, no arceprelado de Aveiro, com território desmembrado da paróquia de S. Paio de Requeixo, englobando as povoações de Mamodeiro, Perajorge e Póvoa do Valado.

Depois da instituição da paróquia, logo se pensou a sério na organização da nova comunidade e na construção da sua igreja. Em 18 de Outubro, oitenta habitantes de Mamodeiro, em ofício assinado, comprometiam-se a oferecer o terreno necessário, nas imediações do cemitério, e ainda a concorrer para a construção do templo, se aí fosse edificado. Dois dias depois, o prelado iria ao local e acordava-se no terreno escolhido, que aliás já fora indicado em 21 de Dezembro de 1958.

Para tratar deste e de outros problemas, efectuou-se uma nova reunião conjunta na casa episcopal, no dia 29 de Outubro de 1960. No decorrer do diálogo, perante certas dificuldades, começou a tomar corpo a opinião de se transferir o sítio da matriz para junto do lugar da Póvoa do Valado, aceitando-se a oferta, já feita, de um terreno. Era mais que evidente que tal hipótese não podia agra-



11 de Agosto de 1985 — Inauguração da sede da Junta de Freguesia.

dar à povoação de Mamodeiro que, apesar de tudo, ainda em 10 de Fevereiro de 1961, solicitava a revisão do problema. Todavia, naquela reunião ficou constituída, em princípio, a primeira «Comissão Fabriqueira a Freguesia de Nossa Senhora de Fátima»; esta seria oficialmente aprovada, por despacho diocesano, em 14 de Abril de 1961.

4. — A implantação da igreja

A execução da planta da nova igreja foi confiada ao arquitecto João Tello Korrodi, residente no Porto. A construção projectava-se, pois, para o terreno situado junto do lugar da Póvoa do Valado, onde aliás se benzeu e lançou a primeira pedra, em 18 de Junho de 1961. Todavia, como a planta, nesta data, ainda não estava concluída, as obras não começaram durante o ano em curso... nem mais aí começariam. A igreja, localizando-se nesse sítio, nunca seria centro de unidade paroquial... e já estava a causar embaraços e desassossegos.

Inesperadamente, em 21 de Janeiro de 1962, faleceu D. Domingos da Apresentação Fernandes; suceder-lhe-ia o actual bispo D. Manuel de Almeida Trindade, que principiaria a sua actividade pastoral, em Aveiro, no dia 8 de Dezembro seguinte. De imediato, durante o mês seguinte, o problema da paróquia de Nossa Senhora de Fátima se lhe deparou. O prelado ouviu as diversas tendências, procurou inteirar-se da situação em que se encontravam as populações no aspecto religioso e estudou objectiva e cuidadosamente tudo quanto se referia ao assunto. Em 11 de Fevereiro, nomeou uma comissão de pessoas, dotadas da maior respeitabilidade, a quem pediu se debruçasse imparcialmente sobre este problema e lhe fornecesse o resultado da sua reflexão; esperava assim lhe fosse proporcionada uma ajuda eficaz em ordem a tomar providências e a decidir para o futuro.

Após aturado exame do estado da questão e das diversas hipóteses propostas, a comissão, em 3 de Abril, apresentou por escrito o seguinte parecer: «1.º — A Comissão entende que se devem manter os limites da freguesia, como foram determinados pelo decreto da sua criação; 2.º — A comissão julga que não deverá insistir-se na construção da igreja no local onde foi lançada a primeira pedra; 3.º — A comissão é de parecer que se opte, para a construção da igreja, por um local em que nem uma nem outra facção tenham razões objectivas de descontentamento, embora haja o perigo de se perderem certos auxílios substanciais; 4.º — Construindo-se a igreja a meia distância das duas povoações, o pároco deverá morar junto da igreja, logo que se construa a residência, podendo a actual

residência servir provisoriamente até que a nova esteja pronta».

Tal parecer, apresentado pelo bispo de Aveiro ao Conselho dos Consultores Diocesanos, recebeu deles uma aprovação unânime, manifestada individualmente. Julgou-se, sem sombra de dúvida, ser este o caminho seguro a trilhar, para bem daquelas povoações.

5. — Situação transitória

Entretanto, porque a matriz não estava construída, por um lado, e, por outro, era indispensável assegurar a assistência religiosa, o prelado, por documento de 8 de Abril de 1963, esclarecia: 1.º — Qualquer sacerdote poderia ser chamado para atender de confissão sacramental os moribundos ou as pessoas gravemente doentes; 2.º — Para a administração da unção dos doentes ou da sagrada comunhão aos mesmos, dos baptizados, da celebração das missas e da presidência dos funerais e ainda outros serviços religiosos, os fiéis deveriam dirigir-se ao pároco ou, para os habitantes de Mamodeiro, ao respectivo capelão; 3.º — O capelão de Mamodeiro poderia presidir aos casamentos dos nubentes dessa povoação, depois de ter requerido a necessária jurisdição; 4.ª — Enquanto não estivesse construída a igreja paroquial, todos os actos litúrgicos poderiam ser realizados nas capelas de Mamodeiro e da Póvoa do Valado.

Tentava-se desta forma, esbater mal-entendidos, lançar pontes de diálogo e criar os fundamentos para uma efectiva unidade paroquial. A edificação da nova igreja, porém, iria ser o elemento mais importante para congregar pessoas e povos; construindo-se a «igreja-templo», construir-se-ia a «Igreja-Comunidade».

6 — A construção da igreja

O primeiro passo para a construção da igreja foi a compra de um terreno; isto aconteceu em 9 de Maio de 1963, graças à generosidade de um anónimo estranho à paróquia, que liquidou dois terços da sua importância. O edifício iria implantar-se ao meio das duas principais povoações, junto da estrada nacional e não longe do cemitério comum; uma vez erguido, seria não apenas o símbolo da unidade mas sobretudo o centro da aglutinação. Além disso, naturalmente daria ocasião ao aparecimento de um novo núcleo populacional: o lugar da igreja.

Havia portanto que delinear um novo projecto, condicionado pelo terreno adquirido; disso se encarregou o Arquitecto João Tello Korrodi, que já tinha idealizado o primeiro. Contudo, tendo falecido em desastre de viação, o estudo foi prontamente reto-

mado pelo Arquitecto Carlos Alberto Ferreira Pinto, de Sangalhos. Em 25 de Janeiro de 1964, estava o trabalho riscado nos seus traços principais; sobre ele logo se pronunciou favoravelmente a Comissão Diocesana de Arte Sacra, sugerindo apenas a modificação e o acrescentamento de alguns pormenores.

Um contratempo, porém, iria surgir. Apresentado à Câmara Municipal de Aveiro em 24 de Março, o projecto aí ficou retido durante muito tempo, até que, por deliberação da Edilidade de 17 de Agosto, foi simplesmente reprovado, «por não satisfazer arquitectonicamente». Ademais — dizia-se no despacho municipal — «o novo projecto, para além da revisão arquitectónica que se impõe por forma a integrar o edifício no meio rural quanto à sua concepção construtiva e estética, deverá dar cumprimento às conclusões seguintes: — Apenas se deverá considerar a sua aceitação urbanística, desde que seja previsto o máximo afastamento da estrada nacional até ao alinhamento a dez metros do caminho vicinal da fachada posterior; esta unidade seja completada com o equipamento rural compatível com uma unidade paroquial a criar e a planificação de conjunto seja completamente organizada e controlada pelo Gabinete do Plano Regional».

Não se pretende fazer qualquer juízo sobre esta decisão da Câmara Municipal de Aveiro; apenas é

de referir que ela provocou um generalizado descontentamento e, dadas as especiais circunstâncias que então se viviam, o atraso no início das obras da igreja veio protelar o termo de uma melindrosa situação. Contudo, nesta emergência, foi a própria Câmara Municipal que, generosa e gentilmente, encomendou o novo projecto ao Arquitecto Luís Santos de Carvalho e Cunha, do Porto. O estudo preliminar, apresentado em princípios de Dezembro de 1964, ainda no mesmo mês foi examinado pela Comissão Diocesana de Arte Sacra que, entre outros considerando, escreveu no seu parecer: — «O referido ante-projecto, no seu conjunto, merece não só uma simples aprovação burocrática, mas também um justo e merecido louvor, quer pela ideia-base que preside à sua concepção, quer pela sua actuação litúrgica e sentido comunitário».

Algum tempo depois, também a Câmara Municipal aprovou a mencionada planta. O estudo dos cálculos para as estruturas protraiu-se por longos meses, não sem que a demora causasse graves apreensões, dado o aumento constante do custo da construção civil. Somente em Outubro de 1966 é que foi possível dar por terminado o processo, para se poderem iniciar as obras da edificação da tão necessária e desejada igreja.



O bispo de Aveiro, ladeado pelo presidente da Câmara Municipal e pelo presidente da Junta de Freguesia de Requeixo, no uso da palavra durante o almoço-convívio (11-8-1985).

Como era precisa e útil a comparticipação do Ministério das Obras Públicas, tudo igualmente se orientou para organizar o processo a entregar nos respectivos Serviços. Uma vez aprovado o projecto «nas suas linhas gerais», foi concedido o financiamento estatal de dez por cento sobre o custo orçamentado e, logo em 12 de Agosto de 1967, a obra foi adjudicada à firma construtora «Soares da Costa», do Porto; os trabalhos começariam em 25 de Setembro. Mesmo então levantou-se uma dificuldade, qual foi a de o terreno ser estreito para a largura da igreja projectada; mas tudo se remediou rapidamente, porque uns benfeitores cederam gratuitamente a parcela de trezentos metros quadrados que faltava.

Na sua maior parte, esta igreja não seria possível sem a generosidade do povo. Não foram apenas as pessoas residentes que contribuíram para que ela se tornasse uma realidade; foram também os emigrantes que, lá longe, não esqueceram a sua terra e iam acompanhando o seu progresso. Durante os trabalhos, o pároco, Padre Artur Tavares de Almeida, deslocou-se às Américas, visitando os emigrantes e recebendo deles generosas e valiosas ofertas.

O grande dia festivo foi em 13 de Outubro de 1968, quando solenemente se inaugurou e liturgicamente se dedicou ao culto a igreja de Nossa Senhora de Fátima. Então não fora possível colocar-lhe o tecto e completá-la com um dos corpos projectados; isto ficaria para mais tarde, porque o estritamente necessário estava concluído.

Na cerimónia, presidida pelo bispo de Aveiro, estiveram presentes as autoridades civis e sobretudo o povo, que viveu em alegria um momento dos mais decisivos da sua história. Haviam-se felizmente ultrapassado tantas e tão graves dificuldades; tinham-se completamente desfeito muros de separação; uns aos outros davam amigavelmente as mãos; todos mutuamente se congratulavam; lágrimas de satisfação viam-se em muitos rostos. No Cristo feito de espelhos, que domina o novo templo, as pessoas podiam agora igualmente ver-se e reflectir-se, entrassem elas pela porta da direita ou pela porta da esquerda; na «igreja-edifício» sentiam-se um autêntica «Igreja-Comunidade». Os lugares de Mamodeiro, de Perajorge e da Póvoa do Valado eram, de facto que não só de direito, a paróquia de Nossa Senhora de Fátima.

7. — Tentativas em ordem à freguesia

Instituída a paróquia, logo se começou a formar um movimento em favor da criação da freguesia administrativa. Em 10 de Fevereiro de 1961, trinta e cinco eleitores da Póvoa do Valado entregaram no

Governo Civil de Aveiro um requerimento para a criação da nova autarquia, compreendendo o território eclesiástico. Na ocasião, o pedido era prematuro; ripostava-se de Mamodeiro, dizendo que os seus habitantes, na quase totalidade, desejavam continuar a pertencer a Requeixo. O assunto quedou-se então por aqui.

Passaram-se onze anos. Em 1972, ultrapassadas as maiores dificuldades, retomava-se a ideia; foi constituída uma comissão com homens dos dois lugares, que formalizaram uma petição, subscrita pelas assinaturas da «maioria absoluta dos chefes de família eleitores inscritos» e dirigida ao Ministério do Interior. O povo fora ouvido no fim das missas dominicais; a resposta favorecia geralmente a instituição da nova freguesia. Por outro lado, o pároco e o Conselho da Fábrica da Igreja Paroquial, autorizados pelo bispo de Aveiro em 6 de Abril, punham à disposição da futura Junta de Freguesia uma dependência da matriz, enquanto não se construísse um edifício próprio na zona da igreja de Nossa Senhora de Fátima.

Nos considerandos da referida exposição, que tem a data de 27 de Novembro, dizia-se que nas duas povoações se verificavam condições económicas normais, que as receitas seriam suficientes para ocorrer aos encargos ordinários, que não se prejudicaria substancialmente a freguesia de origem, que nos ditos lugares viviam pessoas aptas ao desempenho das funções administrativas, que já existia uma paróquia, que não faltava um cemitério comum e que mais de duzentas crianças frequentavam as diversas salas das escolas primárias.

Mais uma vez, falhava a tentativa, devido a divergências surgidas entre alguns elementos da referida comissão. Tornava-se necessário amadurecer a ideia para se poder avançar; o legislador só interviria depois de estar criada a comunidade social.

Após a revolução de 25 de Abril de 1974, logo se fizeram duas tentativas para se retomar o processo junto das autoridades civis, mas sem resultado. Contudo, demonstrava-se que o assunto não fora esquecido. Mais tarde, já nos fins de 1978 o processo era confiado primeiramente aos deputados José Luís Cristo e Maria José Sampaio e, mais tarde, aos deputados José Girão Pereira e Horácio Marçal, porque entretanto, a competência da instituição de autarquias passara para a Assembleia da República, em virtude do estabelecido pela nova Constituição. Baseados nos elementos que então foram exigidos, o Projecto de Lei n.º 215/I, de 22 de Fevereiro de 1979, relativo à criação da freguesia de Nossa Senhora de Fátima, no concelho de Aveiro, era aceite na referida Assembleia e publicado no «Diário das Sessões», no dia seguinte.

O processo seguiria agora os seus trâmites. Atendendo ao ofício da «Subcomissão para aprecia-

ção dos projectos de criação de novas freguesias», da Assembleia da República, com data de 16 de Maio, a Assembleia de Freguesia de Requeixo, reunida em 2 de Junho, deliberava, por unanimidade, não se opor à iniciativa da criação da nova autarquia e dar o seu parecer favorável, não vendo nisso qualquer inconveniente; ao mesmo tempo, respondeu ao questionário que superiormente lhe fora enviado. O relatório tem a data de 9 do mesmo mês de Junho.

Nesta ocasião, interessa anotar um pormenor importante no processo. A «Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora de Fátima» era proprietária de um prédio rústico, sito nas imediações da igreja, que poderia ser aproveitado para utilidade do povo; tinha suficiente área para aí se implantarem estruturas que servissem tanto a paróquia como a futura freguesia. De acordo com os representantes do Município, o terreno foi destinado à construção de dois edifícios: — um para a sede da Junta de Freguesia e para o Centro Paroquial, com diversas salas, e outro para a Casa do Povo e para o Posto Clínico, além de um salão a utilizar, em igualdade de condições, por todas as entidades instaladas nos mesmos edifícios. A nível local, desta forma também se ia seriamente pensando em dotar a futura freguesia do que ela precisaria para a instalação dos seus órgãos autárquicos.

8. — Finalmente... a freguesia

Os meses gastavam-se uns a seguir aos outros, e o processo parecia ter sido arrumado no fundo de alguma gaveta... até que em 1984, foi retomado. Entrava-se decididamente no delicado problema dos limites. Em 2 de Junho, a Assembleia de Freguesia de Requeixo deliberava, por escassa maioria de sete votos contra seis abstenções, que a delimitação fosse a da paróquia. Certamente que tal deliberação não era confortável; por isso, uma comissão técnica da Câmara Municipal de Aveiro estudou demorada e cuidadosamente o problema e deu o seu parecer, que seria seguido. O projecto e a abertura da auto-estrada do norte constituiriam factor preponderante para dirimir a questão. Estava em causa uma já antiga divergência na fronteira com a povoação do Carregal.

Em 8 de Setembro, a Assembleia de Freguesia de Requeixo, tendo examinado as alterações ao Projecto de Lei n.º 215/I, concordou com os limites e «deliberou por maioria absoluta apoiar tal iniciativa que deseja se concretize no mais curto espaço de tempo possível». No dia seguinte, a Junta de Freguesia, por sua vez, achou bem dar o seu parecer favorável à criação da nova autarquia, «desejando que esta deliberação contribua para a paz, bem-

-estar e progresso dos nossos povos». Faltavam os pareceres da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal de Aveiro; foram favoráveis ao que pretendiam os povos de Mamodeiro e da Póvoa do Valado.

O processo estava concluído e pronto para subir à instância superior. Foi assim que, em 11 de Julho de 1985, a Assembleia da República pôde decretar, pela Lei n.º 104/85, a criação da freguesia de Nossa Senhora de Fátima, no concelho de Aveiro, desmembrando o seu território do da freguesia de Requeixo. Promulgada pelo Presidente da República em 2 de Setembro e referendada pelo Primeiro-Ministro em 4 de Setembro, ela foi publicada no «Diário da República» em 4 de Outubro, para entrar em vigor cinco dias depois.

Ao ter tido conhecimento da jubilosa notícia, por carta oficial de 12 de Julho de 1985, logo a população da nova freguesia manifestou o seu contentamento, especialmente no dia 11 de Agosto, com solenidades religiosas e cívicas; comemorou-se também o 25.º aniversário da criação da paróquia e inaugurou-se o edifício do Centro Paroquial e da Junta de Freguesia, acabado de construir para o efeito.

Como em tantas outras iniciativas e realizações, aqui se verificou igualmente que o bom êxito de todo este processo se ficou a dever à tenacidade esperançosa e ao bairrismo sadio do povo dos diversos lugares que, sem menosprezar fosse quem fosse, sempre desejou o melhor para a sua terra.

João Gonçalves Gaspar

FONTES DE INFORMAÇÃO

Arquivo da Cúria Diocesana de Aveiro, **Paróquia de Nossa Senhora de Fátima**.

Assembleia de Freguesia de Requeixo, **Livro de Actas**, 1979 e 1984.

Junta de Freguesia de Requeixo, **Livro de Actas**, 1984.

Rebeldia ou Dignidade? — Os de Mamodeiro e o Senhor Bispo de Aveiro (livro publicado em 1961).

Correio do Vouga (jornal da Diocese de Aveiro): n.º 1511, de 13-8-1960; 1544, de 15-4-1961; 1554, de 24-6-1961; 1646, de 20-4-1963; 1918, de 18-10-1968; 2748, de 23-8-1985.

Assembleia da República, **Diário das Sessões**, II Série, n.º 36, de 23-2-1979, pg. 706.

Diário da República, I Série, n.º 229, de 4-10-1985, pgs. 3296 (55) — 3296 (56).



**DECRETO DE CRIAÇÃO DA
PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA**

**D. Domingos d'Apresentação Fernandes — por mercê de Deus e da Santa
Sé Apostólica, Bispo de Aveiro**

Aos que este Nosso Decreto virem, saúde e paz em Nosso Senhor Jesus Cristo

Entre os principais cuidados que o Nosso munus pastoral Nos impõe, avulta o de proporcionar aos fiéis a maior facilidade possível de uma conveniente participação na vida sacramental da Santa Igreja e no culto divino.

A vida comunitária dos cristãos só encontra exacta realização, segundo o espírito dos sagrados cânones, quando as famílias católicas se agrupam em assembleia de louvor a Deus, de vida sacramental e de vivência caridosa em volta do seu pároco e no templo próprio que é a casa de oração e casa do Povo de Deus.

As condições em que se encontram determinadas zonas populacionais da Nossa Diocese exigem, dia a dia, uma revisão de limites territoriais e a consequente necessidade de criação de novas paróquias, que correspondam às necessidades de vida espiritual mais intensa e às comodidades dos filhos da Santa Igreja.

Assim,

Considerando que os agregados populacionais de Mamodeiro e da Póvoa do Valado, da paróquia de S. Paio de Requeixo, se encontram a uma distância da igreja paroquial que medeia entre quatro e oito quilómetros;

Considerando que os referidos agregados populacionais têm uns quatrocentos fogos com um número de almas que ascende a mais de mil e setecentas;

Considerando que estão garantidas as condições materiais para a sustentação de um pároco;

Considerando que existe já no lugar da Póvoa do Valado o terreno destinado à construção de uma igreja paroquial, bem como soma avultada de dinheiro para a sua construção e seus anexos;

Considerando que essa construção se iniciará em breve, dada a manifestada generosidade de muitos habitantes do mesmo lugar;



Considerando a existência de um cemitério comum aos agregados populacionais de Mamodeiro e da Póvoa do Valado;

Ouvido o Nosso Ex.mo Corpo de Consultores;

HAVEMOS POR BEM criar a nova Paróquia de Nossa Senhora de Fátima, desmembrada da Paróquia de Requeixo e constituída pelos lugares de Mamodeiro e da Póvoa do Valado, com os limites seguintes:

Lado Sul: Vala hidráulica a principiar no sítio denominado Cortelho até ao local chamado Freixo ou Mato Largo;

Lado Poente: dito Mato Largo (Salgueiro) e vale até ao local chamado Charneca;

Lado Norte: Charneca e daí por um vale até às proximidades da linha férrea e depois pelos seguintes caminhos: Salgueiral, viela das Almas, estrada camarária da Póvoa do Valado, viela da Bernarda, estrada do Raso e linha imaginária até ao marco sito junto à estrada do Carreção;

Lado Nascente: Estrada do Carreção, vale do Carreção, caminho do Raso, vale do Gorgulhão, Sanguineira, estrada camarária do Carregal e os caminhos: da Cruz Preta, Gândara de Baixo, das Dornas e Cortelho.

Determinamos o prazo de cinco anos, a contar da presente data, para a construção da nova igreja paroquial e seus anexos, bem como a aquisição de residência paroquial conveniente.

Outrossim determinamos que a capela de Nossa Senhora das Precos do lugar da Póvoa do Valado sirva de igreja paroquial, a título provisório.

Nomeamos pároco da nova Paróquia de Nossa Senhora de Fátima o actual capelão, Rev. P. Artur Tavares de Almeida, ao qual atribuímos, desde já, todos os direitos e deveres que lhe pertencem de harmonia com o Código de Direito Canónico.

A nova Paróquia de Nossa Senhora de Fátima terá a classificação de segunda classe e pertencerá ao Arciprestado de Aveiro.

Dado em Aveiro, no dia 13 de Agosto de 1960.

As) – Domingos d'Apresentação, Bispo de Aveiro

(Correio do Vouga, n.º 1511, de 13-8-1960).



CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, NO CONCELHO DE AVEIRO

Lei N.º 104/85 de 4 de Outubro

A Assembleia da República decreta nos termos dos artigos 167.º, alínea j), e 169.º, n.º 2, da Constituição, o seguinte:

ARTIGO 1.º

É criada no concelho de Aveiro a freguesia de Nossa Senhora de Fátima.

ARTIGO 2.º

Os limites da nova freguesia, conforme representação cartográfica anexa, são:

A norte, Charneca, daí por um vale até às proximidades da linha férrea e depois pelos seguintes caminhos: Salgueiro, viela das Almas, estrada camarária da Póvoa do Valado, viela da Bernarda, estrada do Raso, até às proximidades da Granja, ao marco colocado da dita estrada, daí segue-se uma linha imaginária até ao caminho próximo do marco na estrada do Carreirão;

A sul, vala hidráulica a principiar no sítio denominado Cortelho ou Mato Largo;

A este, caminho da Granja ao Vale do Seixo e daí ao Vale do Pingo, até à estrada da Mamoá; daí segue para norte, até à linha das extremas dos pinhais de Rosa da Silva e Manuel Costa, até ao caminho que circunda o cabeço de Mamoá, e daí até à limitação da futura auto-estrada, seguindo pela projectada auto-estrada até ao caminho da Areosa, e por este até ao caminho da Cruz Preta, Gândara de Baixo, Dornas e Cortelho.

ARTIGO 3.º

1 — A comissão instaladora da nova freguesia será constituída nos termos e no prazo previstos no artigo 10.º da Lei n.º 11/82, de 2 de Junho.

2 — Para os efeitos da disposição referida no número anterior, a Assembleia Municipal de Aveiro nomeará uma comissão instaladora constituída por:

- a) 1 representante da Câmara Municipal de Aveiro;
- b) 1 representante da Assembleia Municipal de Aveiro;
- c) 1 representante da Assembleia de Freguesia de Requeixo;
- d) 1 representante da Junta de Freguesia de Requeixo;
- e) 5 cidadãos eleitores designados de acordo com o n.º 3 do artigo 10.º da Lei n.º 11/82.

ARTIGO 4.º

1 — A comissão instaladora exercerá funções até à tomada de posse dos órgãos autárquicos da nova freguesia.

2 — O artigo 10.º, n.º 6, da Lei n.º 11/82 não se aplica à criação da presente freguesia.

ARTIGO 5.º

As eleições para a assembleia da nova freguesia realizar-se-ão na data das primeiras eleições autárquicas gerais posteriores à entrada em vigor da presente lei.

ARTIGO 6.º

A presente lei entra em vigor 5 dias após a sua publicação.

Aprovada em 11 de Julho de 1985.

O Presidente da Assembleia da República, Fernando Monteiro do Amaral.

Promulgada em 2 de Setembro de 1985.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Referendada em 4 de Setembro de 1985

O Primeiro-Ministro, Mário Soares.

(Diário da República, I Série, n.º 229, de 4-10-1985).



EFEMÉRIDES AVEIRENSES — 1986

- 525 anos** — O Papa Pio II autorizou a fundação do Mosteiro de Jesus, para Religiosas Dominicanas (16-5-1461).
- 500 anos** — Fernão Veiga legou à Confraria de Santa Maria de Sá a casa onde se veio a instalar o hospital desta antiquíssima corporação aveirense, extinta em 1855 (13-2-1486).
- 450 anos** — Acabou de se imprimir, em Lisboa, a primeira «Grammatica da linguagem portuguesa», escrita pelo insigne aveirense Padre Fernão de Oliveira (27-1-1536).
- 275 anos** — Foram trasladados solenemente os restos mortais da Princesa Santa Joana para o magnífico e sumptuoso túmulo polícromo, construído segundo o traço do architecto da Casa Real, João Antunes (27-10-1711).
- D. António de Vasconcelos e Sousa, bispo de Coimbra, visitou pastoralmente a freguesia de Santo Isidoro de Eixo, onde viu já principiada a obra da construção da nova igreja paroquial (10-11-1711).
- 150 anos** — Foi desafecta do culto a secular igreja do Espírito Santo, que se erguia no actual Largo de Luís de Camões e que fora sede de paróquia, para mais tarde ser demolida (31-1-1836).
- Nasceu o aveirense Agostinho Duarte Pinheiro e Silva, escritor, dramaturgo e jornalista, que ocupou diversos cargos públicos (25-2-1836).
- Nasceu, em Lisboa, a Madre Maria Inês Champalimaud Duff, distinta senhora de nobre ascendência, que foi directora do Colégio de Santa Joana, em Aveiro, desde 1884 até 1909 (11-3-1836).
- Foi suprimido o concelho de Aradas e incorporado no de Aveiro (6-11-1836).
- Foi extinto o concelho de Esgueira, sendo incorporado no de Aveiro, o qual, na ocasião, se compunha das freguesias de Cacia, Esgueira, Nariz e Palhaça (6-11-1836).
- José Estêvão Coelho de Magalhães foi eleito deputado, pela primeira vez (20-11-1836).
- 125 anos** — Com a conclusão do lanço da Gafanha ao Forte, terminaram os trabalhos da construção da estrada da Barra, iniciada em 12 de Março de 1860 (30-4-1861).
- 100 anos** — Foi assinado o contrato para a execução do modelo em gesso para a estátua de José Estêvão Coelho de Magalhães, a erguer em frente dos Paços do Concelho (17-2-1886).
- 75 anos** — Foi autorizado abrir à exploração o lanço do caminho de ferro do Vale do Vouga entre Aveiro e Sernada (8-9-1911).
- 50 anos** — Faleceu, em Eixo, o Dr. Jaime de Magalhães Lima, egrégio aveirense e insigne pensador e escritor (25-2-1936).
- 25 anos** — Faleceu, em Viseu, António dos Santos Lé que, em Aveiro, se evidenciou no ensino da música e na regência de bandas e orquestras (21-5-1961).

INVESTIGANDO O MOLICEIRO

MOLICEIROS

Estas páginas do Boletim Municipal são dedicadas ao barco moliceiro; não é a primeira vez que tal acontece porque, já em 1983, foi aqui focada uma perspectiva predominantemente cultural da imagística desse barco, reconhecido como um dos «ex-libris» de Aveiro.

Embora pintado por artistas, cantado por poetas, focado por escritores, impresso no celulóide das câmaras fotográficas, divulgado em revistas, postais e cartazes, o moliceiro continua a ser pouco estudado na história das suas raízes ancestrais, no pormenor das suas decorações policromas e, quiçá, noutros aspectos de interesse etnográfico.

Por isso, a Câmara Municipal de Aveiro patrocinou um estudo cuidado e especializado sobre os barcos da nossa Ria, nomeadamente sobre o moliceiro. Com afinco, dedicação e competência, tem-se dado a esta pesquisa Daniel Tércio Ramos Guimarães, um aveirense já conhecido pelo artigo atrás referenciado, de que é autor. O projecto do seu trabalho pretende não apenas a recolha de imagens em que se dêem a conhecer os barcos da Ria, em particular os signos visuais que ostentam, mas também o tratamento dessas imagens, por forma a encontrar hipóteses esclarecedoras quanto à origem, mutações, relações e funcionalidade.

A investigação, que foi iniciada há mais de dois anos, vai prosseguir. Neste momento, Daniel Tércio Ramos Guimarães já procedeu a diversas consultas, visitou construtores e pintores, conversou com homens da faina do moliço, entrevistou coleccionadores de fotografias e postais, contactou várias entidades, como o Museu de Ílhavo, o Museu da Marinha e Autarquias da zona ribeirinha. Mas não só: também acaba de praticamente completar a listagem da bibliografia específica sobre o tema e de representar algumas pastas organizadas com reproduções de imagens recolhidas.

Espera-se que o trabalho de investigação acordado com o Município esteja pronto durante o próximo ano — o que certamente virá a constituir um excelente e valioso contributo para o conhecimento e divulgação dos barcos da Ria, em especial do moliceiro, senão mesmo um magnífico compêndio sobre este assunto.

MOLICEIROS

Vão no longe moliceiros
De asas brancas, a voar,
Ao vento, leves, ligeiros,
Por sobre a ria a singrar.
Vão no longe moliceiros
De grandes velas a arfar.

Andam na faina do dia,
Desde a manhã ao sol-pôr.
Buscam nas águas da ria,
O moliço — verde cor.
Andam na faina do dia,
Colorido, encantador.

Vogam num lago de prata,
Circundado de cristal,
Qual sonho de serenata
Numa noite sensual!
Vogam num lago de prata
Sob o céu celestial.

Cortam as ondas de espuma
Pelas águas a boiar,
E essas vagas, uma a uma,
Vão mais longe desmaiar.
Cortam as ondas de espuma
Erguidas na preia-mar.

Parecem os bandos de aves,
Que no céu vão a subir,
E depois voltam, suaves,
Muito leves, a cair.
Parecem os bandos de aves,
À luz do sol a fugir.

Descrevem curvas serenas,
Como talhada magia,
Umhas maiores, mais pequenas,
Duma estranha bizzarria.
Descrevem curvas serenas
Nas transparências da ria.

As proas são rendilhadas
Por coloridas pinturas,
Com frases adequadas
A populares formosuras.
As proas são rendilhadas,
São ornadas de figuras.

Vão no longe moliceiros
De asas brancas, a voar...
Singram na ria, altaneiros,
À luz do sol, ao luar.
Vão no longe moliceiros,
— Majestoso deslizar!

Amadeu de Sousa



MOLICEIROS

Vão no longe moliceiros
De asas brancas, a voar,
Ao vento, leves, ligeiros,
Por sobre a ria a singlar.
Vão no longe moliceiros
De grandes velas a arfar.

Andam na faina do dia,
Desde a manhã ao sol-pôr.
Buscam nas águas da ria,
O moliço — verde cor.
Andam na faina do dia,
Colorido, encantador.

Vogam num lago de prata,
Circundado de cristal,
Qual sonho de serenata
Numa noite sensual!
Vogam num lago de prata
Sob o céu celestial.

Cortam as ondas de espuma
Pelas águas a boiar,
E essas vagas, uma a uma,
Vão mais longe desmaiar.
Cortam as ondas de espuma
Erguidas na preia-mar.

Parecem os bandos de aves,
Que no céu vão a subir,
E depois voltam, suaves,
Muito leves, a cair.
Parecem os bandos de aves,
À luz do sol a fugir.

Descrevem curvas serenas,
Como talhada magia,
Umhas maiores, mais pequenas,
Duma estranha bizzaria.
Descrevem curvas serenas
Nas transparências da ria.

As proas são rendilhadas
Por coloridas pinturas,
Com frases adequadas
A populares formosuras.
As proas são rendilhadas,
São ornadas de figuras.

Vão no longe moliceiros
De asas brancas, a voar...
Singram na ria, altaneiros,
À luz do sol, ao luar.
Vão no longe moliceiros,
— Majestoso deslizar!

Amadeu de Sousa



BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA SOBRE O BARCO MOLICEIRO

- AFFREIXO, Jaime, «Pescas nacionais — A região de Aveiro», *A Tradição*, IV, 7 a 12, Serpa, 1902.
- BARBOSA, José Maria, *A Murtosa — a propósito da sua autonomia*, Aveiro, Tip. do «Campeão das Províncias», 1899.
Como o título indica, a obra data da altura em que a Murtosa era uma freguesia do Concelho de Estarreja e propõe-se contribuir para o processo de autonomia daquela freguesia.
Referências interessantes à idade da Ria de Aveiro, que o autor considera recente... «a própria ria não existia ainda na época da dominação romana». Informações sobre a origem do primeiro povoado. Descrição dos tipos de pesca praticados pelos murtoseiros, com referência a aparelhos de pesca fluvial.
O Autor computa 200 barcos construídos na freguesia, 100 dos quais destinados à recolha do molicho. Regista ainda cerca de 100 moliceiros de profissão, mais 170 lavradores que vão ao molicho em Agosto, Set. e Outubro.
Referência à idade da Torreira. Descrição minuciosa do funcionamento das Companhas. Informações interessantes sobre a festa do S. Paio.
- BRANCO, Vasco, «A Canga Vareira», *Aveiro e o seu Distrito* — publ. semestral da J. Distr. de Aveiro, n.º 20, 1975.
A intuição de uma relação de parentesco entre a canga vareira e as proas dos moliceiros.
- CASTRO, D. José, *Estudos Etnográficos*, I vol.: Aveiro (Beira Litoral), ed. pelo Inst. para a Alta Cultura, 1943.
Obra fundamental para um trabalho — qualquer trabalho — etnográfico sobre a Ria. Para um estudo dos barcos, é de destacar o tomo I — *Moliceiros* — e o tomo IV — *Marnotos e embarcações fluviais*.
Dados preciosos e completos. Obra profusamente ilustrada.
- CHAVES, Luís, «A Decoração dos nossos Barcos», *Brotéria*.
Um estudo desenvolvido sobre os sinais visuais que as embarcações ostentam. Referências privilegiadas aos barcos da ria, em particular ao moliceiro. Observações pertinentes a propósito do figurativo e do abstracto na decoração.
- CHAVES, Luís, *Os transportes Populares em Portugal — Carros e Barcos*. FNAT. Gab. de Etnografia, 1958.
Neste trabalho, o Autor fala sucessivamente nos Carros (de bois e de muares) e nos Barcos, realçando as respectivas decorações.
Inclui o moliceiro na herança das embarcações romanas. Descreve de modo interessante as formas de decoração e arruma numa mesma categoria o moliceiro, o varino e a fragata.
No final da obra, diversas imagens sugestivas.
- CHAVES, Luís, «Maré Viva de Sugestões — uma sugestão de Arte Popular», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXXIV, 1968.
Artigo escrito em memória de Alberto Souto. Citações e referências a autores que trataram assuntos de etnografia naval da Ria de Aveiro.
O Autor descobre um paralelismo entre a canga decorada e os painéis pintados do moliceiro.
- DIAS, Diamantino, *Moliceiros*, ed. da Com. Mun. de Turismo de Aveiro, 1971.
Informações sistematizadas sobre o moliceiro nos seus múltiplos aspectos: construção, dimensões, decoração, meios de propulsão, faina.
Apresentação de um Glossário sobre o tema. Registo de existências entre 1935 e 1969.
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa, «Barcos» in LIMA, F. de C. Pires de, *Arte Popular em Portugal*, vol. III, ed. Verbo.
O ensaio versa sobre os diversos tipos de embarcações ao longo do território nacional. Descreve de forma detalhada as respectivas caracte-

terísticas, fornecendo elementos sobre processos de construção naval.

Na Ria de Aveiro considera três famílias de barcos: Moliceiro/ Mercantel/ Bateiras murtoseiras. Regista-os na influência dos barcos orientais primitivos.

— FILGUEIRAS, Octávio Lixa, «Barcos da Costa norte, sua contribuição no estudo de áreas culturais».

A comunicação versa sobretudo as origens do barco poveiro. Interessante como método. Muito interessante o mapa de distribuição de áreas culturais ao longo da faixa litoral.

— FILGUEIRAS, Octávio Lixa, «A propósito da protecção mágica dos Barcos do Douro» in *Memoriam António Jorge Dias*, Inst. de Alta Cultura, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Lisboa, 1974.

Tratamento privilegiado do barco poveiro. O Autor faz a integração dos sinais pintados nos cascos num sistema de representação mágica.

— FILGUEIRAS, Octávio Lixa, «No crepúsculo das embarcações regionais» in *Publicações do XXIX congresso luso-espanhol*, Lisboa, 31 de Março a 4 de Abril de 1970.

— GOMES, Celestino, *Os Motivos da Decoração Ilhavense*, Minerva, ed. 1932.

Estudo inspirado, no qual o Autor cita Luís de Magalhães e Alberto Souto. Interpretação naturalista dos frisos pintados no moliceiro, com algumas referências a dados mágico/culturais.

— GUIMARÃES, Daniel Tércio Ramos, «A Decoração do Moliceiro», *Boletim Municipal de Aveiro*, ano I, n.º 2, 1983.

Uma perspectiva predominantemente «cultural» da imagística do barco. Tentativa de ordenação e classificação dos signos visuais. Devidamente ilustrado.

— JACKSON - LEGROS, Gina, «Os Moliceiros», *Du-Atlantis*, a. 28, n.º 328, Jun. 68.

— KÉRISIT, Henry, «Peintres de Moliceiros — Un art vivant dans la Lagune d'Aveiro», *Le chasse-marée*, n.º 8.

Numa visão poética, o Autor situa o Moliceiro entre a terra e a água. Descreve o trabalho de recolha do molicho. No conjunto, estudo rigoroso e profícuo com uma visão contemporânea dos moliceiros. Óptimas gravuras: desenhos e fotos.

— LACHAUX, Geviève de, «Au Portugal un art po-

uloir vivace: les moliceiros», *Jardin des Arts*, n.º 178, Set. 69.

— LAMY, Alberto Sousa, *Monografia de Ovar, Ovar*, (I vol. — Da Idade Média à República). No cap. I o Autor discute as origens da «ria» e sua classificação de um ponto de vista hidrográfico.

No cap. VII, o Autor trata da Pesca. Referências aos barcos primitivos que os pescadores de Ovar teriam usado. Tratamento desenvolvido das artes de Xávega.

Algumas informações sobre Moliceiros: informações estatísticas (p. 204/205).

— LARANJEIRA, Lamy, «Barcos da Ria de Aveiro», *O Nosso Jornal*, mensário dos trabalhadores do C.F./Portucel — Cacia, n.º 106, n.º 108, n.º 109, n.º 110, n.º 111, n.º 114, n.º 115, n.º 116, n.º 118, n.º 120.

O conjunto dos artigos revela uma sùmula interessante e esclarecedora. Importante o Glossário sobre o moliceiro nos n.ºs 108 e 111 e o Glossário sobre o mercantel no n.º 116.

— LOPES, Ana Maria Simões da Silva, «O Vocabulário Marítimo Português», *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVI — tomos I e II, ed. da Fac. de Letras da Univ. de Coimbra — Inst. de Est. Românicos, Coimbra, 1972-74.

A Autora apresenta um estudo bastante completo, na linha da obra de Baldack da Silva, que pretende actualizar na medida do possível. A investigação incide sobre toda a costa portuguesa e tem por base trabalhos de campo e inquéritos. Na região da Ria, a Autora considera a grande categoria das Bateiras, provavelmente de raiz mediterrânica.

— LOPES, Cap. Frag. Agostinho Simões, «O Problema do molicho na Ria de Aveiro», *Aveiro e o seu Distrito*, n.º 5, 1968.

O artigo discute a questão de saber se a apanha desenfreada do molicho não produzirá desequilíbrios na variedade e quantidade das espécies piscícolas. Dados estatísticos: existências de barcos de recolha de molicho de 1889 a 1967.

— MADAHIL, Rocha, «Barcos de Portugal» in *Vida e Arte do Povo Português*.

Informações sobre o moliceiro. Legendas dos painéis devidamente fixadas pelo Autor. Interpretação naturalista das cercaduras e frisos decorados do moliceiro.

— MAGALHÃES, Luís de, «Os Barcos da Ria de

Aveiro», *Portugalia*, tomo II, fasc. I.

Registadas as dimensões da Ria de Aveiro. O Autor expõe o que as embarcações da Ria têm em comum. Depois fornece as características (dimensões) dos barcos: saleira, moliceiro, bateira mercantel, bateiras de pesca e caçadeira.

— MELO, Laudelino de Miranda, «Barcos de Aveiro — os Moliceiros», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, n.º 82, 1955.

— PACHECO, Helder, «Pinturas dos Barcos da Ria, um elemento importante da personalidade cultural da região de Aveiro», *Boletim da Associação da Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro*, ADERAV, Maio/Junho 1980, n.º 2.

O autor regista três tipos de embarcações tradicionais: mercantéis, moliceiros e bateiras.

Descrição topográfica dos painéis dos moliceiros. Registo de diversas legendas, devidamente classificadas. Abordagem das mutações verificadas no domínio da decoração.

Artigo bastante ilustrado: 22 fotos a preto e branco.

— PASSOS, Carlos de, «Barcos de Pesca», *Terra Portuguesa*, n.ºs 35-36, Dez. 1922.

Interessante sobretudo na tentativa de levantamento dos tipos de emblemas que as embarcações de pesca da costa ocidental portuguesa ostentam. Bastante ilustrado.

— REGALLA, Francisco Augusto da Fonseca, *A Ria de Aveiro e as suas indústrias*, Lisboa, Impr. Nac., 1889.

— REZENDE, Padre João Vieira, *Monografia da Gafanha*, Ílhavo, Gráf. Ilhavense, 1938.

Obra esclarecida onde o Autor aborda desde o tema da toponímia, às origens históricas e às

figuras famosas da terra, passando pelos usos e costumes. Interessantes referências aos barcos, em especial ao moliceiro nas páginas 192 e 204.

— SOUSA, Tomaz Tavares de, «Os Moliços», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. II, 1936.

O Autor refere-se ao regulamento que impõe um período de defeso à apanha do moliço. Alguns dados estatísticos referentes aos anos 1933/1934.

Faz o Autor a listagem dos componentes botânicos do moliço e respectiva composição química. Pronuncia-se finalmente pela necessidade de alteração do período de defeso.

— SOUTO, Alberto, *Etnografia da Região do Vouga*, Coimbra, ed. 1929.

O trabalho incide sobre a viabilidade de organização de um museu de etnografia e de um instituto de estudos da região do Vouga e da Beira Litoral. O Autor aborda o problema das origens das populações e põe em destaque a diversidade de tipos. Referência aos barcos da Ria, com transcrição de um artigo do mesmo Autor, publicado na revista Talábriga.

— SOUTO, Alberto, «Ria de Aveiro — a Estética dos seus Barcos», *Pátria*, Rev. Port. de Cultura, vol. I, n.ºs 1-2, ed. Pátria, Gaia-Portugal, MCMXXXI.

Sobre as origens dos barcos da ria, o Autor faz referências aos mitos da antiguidade. Considera que na Ria de Aveiro não há hibridismo de funções; «cada profissão tem o seu tipo», diz.

Descrição de uma série de painéis e respectivas legendas. Referências à ironia política manifestada.

Sugere um paralelo entre os painéis e as «alminhas».

Daniel Tércio Ramos Guimarães

Não foram incluídos artigos saídos na imprensa periódica.

A bibliografia específica apresentada inclui resumidas notas de leitura da maioria das obras, que se podem desde já tornar úteis a outros investigadores. Considere-se, todavia, que a presente listagem não seria suficiente para um tratamento adequado do TEMA. Este pressupõe a consulta de obras mais gerais e globalizantes, cuja selecção depende da linha orientadora do projecto.

Algumas das fichas bibliográficas estão por completar.

(Nota do autor)

CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE AVEIRO

DAS FINANÇAS E DO PLANO E DA EDUCAÇÃO

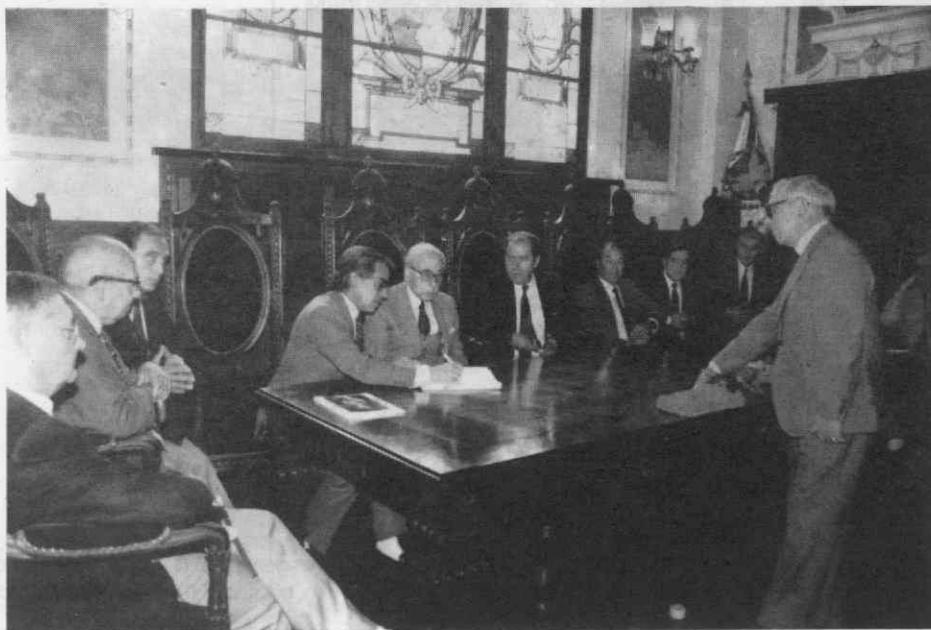
Portaria n.º 500/85 de 24 de Julho

Desde 1960 que a Câmara Municipal de Aveiro vem beneficiando de importante obra pedagógica, artística e cultural que é o seu Conservatório Regional, conseguido desenvolver, em grande medida, graças ao empenho desinteressado e à generosidade de uma família, a saber, a Fundação Calouste Gulbenkian.

Nas palavras do Professor Doutor Ferrer Correia, pela administração da Fundação Calouste Gulbenkian, este estabelecimento de ensino particular com a designação de Conservatório Regional de Aveiro de Calouste Gulbenkian, foi doado pela Fundação Calouste Gulbenkian, sua proprietária, à Câmara Municipal de Aveiro — o que se formalizou em 8 de Outubro.

Pela Portaria n.º 500/85, de 24 de Julho, o Governo criou, com efeitos a partir de 1 de Outubro, o Conservatório de Música de Aveiro de Calouste Gulbenkian, por conversão do estabelecimento de ensino particular com a designação de Conservatório Regional de Aveiro de Calouste Gulbenkian. A notícia causou natural júbilo na região, pois Aveiro passou a contar com mais uma unidade de ensino oficial, neste caso, no sector da música. Entretanto, o belo e moderno edifício do Conservatório Regional, propositadamente edificado há cerca de quinze anos, foi doado pela Fundação Calouste Gulbenkian, sua proprietária, à Câmara Municipal de Aveiro — o que se formalizou em 8 de Outubro.

O Professor Doutor Ferrer Correia, pela administração da Fundação Calouste Gulbenkian — na impossibilidade da presença do Dr. José de Azeredo Perdigão — e o Dr. José Girão Pereira, em nome da Câmara Municipal de Aveiro, assinaram, naquela data, no salão nobre dos Paços do Concelho, a respectiva escritura notarial. O acto coincidiu exactamente com o dia em que o Conservatório Regional de Aveiro completava as bodas de prata de actividade. Assistiram à cerimónia solene entidades civis, militares e religiosas de Aveiro, entre as quais, os Vereadores da Câmara Municipal, o Presidente da Assembleia Municipal, representantes do Governador Civil e do Bispo da Diocese, além dos actuais responsáveis do Conservatório; esteve ainda presente o Dr. Orlando de Oliveira, um dos mais entusiastas defensores da criação desta escola de música, há vinte e cinco anos.



A assinatura da escritura de doação do edifício e equipamento do Conservatório de Música de Aveiro.

Nas palavras que proferiu, o Presidente do Município referiu o facto de, com esta transferência, ficar mais rico o património municipal e congratulou-se por ter sido finalmente encontrada uma solução de utilidade para o Conservatório, ao mesmo tempo que manifestou o reconhecimento da Câmara de Aveiro em relação à generosidade sempre evidenciada pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Em seguida, falou o Dr. Orlando de Oliveira, que fez uma breve evocação histórica da vida da escola e daqueles que mais se distinguiram na sua fundação e implementação.

Pela entidade doadora, o Doutor Ferrer Correia, depois de saudar os obreiros desta iniciativa, acentuaria que o Conservatório de Aveiro é hoje uma jóia de cultura, não só regional mas também nacional; comentando a doação, acentuaria que é partidário de se entregar ao Poder Local aquilo onde ele pode exercer a sua actividade.

Por último, o Presidente da Assembleia Municipal, Francisco da Encarnação Dias, classificaria o momento como «significativamente alto para as gentes de Aveiro e sua região» e louvaria todos quantos contribuíram para que o Conservatório fosse uma realidade incontroversa.

O Conservatório de Música de Aveiro é presentemente frequentado por cerca de quatrocentos alunos. Uma associação denominada «Cultura e Arte de Aveiro» deseja manter e desenvolver as actividades que não foram contempladas com a oficialização: formação artística em artes plásticas, bailado, línguas estrangeiras, iniciação musical ao nível preparatório, componente artístico ao nível do primário e ocupação de tempos livres.

Uma nova época principiou, pois, na história desta escola aveirense.



O Presidente da Câmara Municipal de Aveiro no uso da palavra, após o acto notarial.

**PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS
DAS FINANÇAS E DO PLANO E DA EDUCAÇÃO**

Portaria n.º 500/85 de 24 de Julho

Desde 1960 que a cidade e a região de Aveiro vêm beneficiando da importante obra pedagógica, artística e cultural que o seu Conservatório Regional conseguiu desenvolver, mau grado as inúmeras dificuldades com que se tem debatido e que, se se mantivessem, poderiam vir a comprometer seriamente a continuidade da sua acção.

Tornando-se, pois, necessário salvaguardar e incrementar a prossecução das actividades do ensino da Música em Aveiro; tendo em conta o interesse e o espírito de colaboração demonstrados pela Câmara Municipal desta cidade; consideradas as vantagens de alargar a rede escolar do ensino artístico, dotando a populosa região de Aveiro com um estabelecimento público de ensino de Música:

Ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 8.º do Decreto Lei n.º 310/83, de 1 de Julho:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças e do Plano e da Educação e pelo Secretário de Estado da Administração Pública, o seguinte:

1.º É criado, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 1985, o Conservatório de Música de Aveiro de Calouste Gulbenkian, por conversão do estabelecimento de ensino particular com a designação de Conservatório Regional de Aveiro de Calouste Gulbenkian.

2.º O Conservatório de Música de Aveiro é um estabelecimento de ensino vocacional de Música, nos termos definidos no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 310/83, de 1 de Julho.

3.º O quadro do pessoal administrativo e auxiliar do Conservatório de Música de Aveiro de Calouste Gulbenkian é o constante do mapa anexo à presente portaria.

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e do Plano e da Educação.

Assinada em 9 de Junho de 1985.

Pelo Ministro das Finanças e do Plano, Alípio Barrosa Pereira Dias, Secretário de Estado do Orçamento. — O Ministro da Educação, João de Deus Rogado Salvador Pinheiro. — O Secretário de Estado da Administração Pública, José Manuel San-Bento de Menezes.

Mapa anexo à Portaria n.º 500/85

Número de lugares	Categoria	Letra de vencimento
1	Chefe de serviços administrativos de 1.ª classe ...	H
1	Primeiro-oficial	I
1	Segundo-oficial	L
1	Terceiro-oficial	M
1	Escriturário-dactilógrafo principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe	N, Q ou S
(a) 1	Encarregado de pessoal auxiliar de apoio	Q
5	Contínuo de 1.ª classe ou de 2.ª classe	S ou T
1	Guarda de 1.ª classe ou de 2.ª classe	S ou T

(a) Lugar a exercer em comissão de serviço, nos termos do Decreto-Lei n.º 57/80, de 26 de Março.

(Diário da República, I Série, n.º 168, de 24-7-1985).

HOMENAGEM AO DR. ÁLVARO SAMPAIO

No dia 12 de Maio, na cidade de Aveiro, procedeu-se ao descerramento de um busto evocativo do Dr. Álvaro Sampaio; deu-se assim cumprimento a uma antiga deliberação municipal.

Apesar de nascido em Angra do Heroísmo, o Dr. Álvaro Sampaio radicou-se em Aveiro, a quem dedicou grande parte da sua vida e dos seus afazeres, primeiro como professor de Ciências Naturais no Liceu local e depois, desde 1944 até 1957, como presidente da Câmara Municipal.

A ele e à sua cuidada administração se ficou a dever a primeira rede de abastecimento de água ao domicílio, a primeira rede de saneamento urbano, a introdução dos números de polícia e a construção da actual ponte-praça, além dos muitos melhoramentos realizados nas freguesias rurais do concelho. Mas são estas apenas algumas obras da sua iniciativa, entre aquelas que hoje se reconhecem ser de importância vital para o subsequente desenvolvimento da cidade e do seu município.

A cerimónia estiveram presentes, além de familiares, amigos e admiradores do homenageado, o Presidente e Vereação da Câmara Municipal, o Presidente da Assembleia Municipal, o representante do Governador Civil do Distrito, o Reitor da Universidade de Aveiro e outras entidades. Associaram-se também a Banda Amizade, as duas Corporações de Bombeiros e a Associação dos Antigos Alunos do Liceu de Aveiro.

O Presidente da Câmara, nas palavras que proferiu, justificou a homenagem como um bem merecido acto de justiça; por sua vez, o Dr. Francisco do Vale Guimarães, convidado como orador oficial na circunstância, evocou o Dr. Álvaro Sampaio, traçando o perfil do homem íntegro, do professor competente e justo, do autarca cuidadoso e probo.

AVEIRO EM BOURGES

Uma embaixada aveirense, de que fizeram parte o Presidente e dois Vereadores da Câmara Municipal, o Presidente da Assembleia Municipal e dois membros da Associação Comercial de Aveiro, deslocou-se a Bourges, na França, durante o mês de Junho, a convite da respectiva «Mairie», a fim de participar no acto inaugural da Feira-Exposição Nacional de Bourges e numa semana dedicada a Portugal. O Grupo Folclórico do Baixo-Vouga, de Eixo, juntou-se à comitiva.

Aveiro e Bourges matêm, desde há anos, estreito intercâmbio de amizade, que se tem fortalecido por visitas recíprocas e trocas de experiências. Com esta deslocação, Aveiro retribuiu a visita que Bourges fizera em Setembro de 1984, tendo tido agora também a oportunidade de conhecer o desenvolvimento daquela região, no campo do turismo, da cultura, da educação e do comércio.

CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

No salão nobre dos Paços do Concelho, no dia 11 de Junho, realizou-se uma sessão pública, presidida pelo Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, Rui Amaral, em que foi assinado o protocolo de acordo da cedência pelo Município do prédio principal da antiga «Fábrica Jerónimo Pereira Campos». Ao acto estiveram presentes várias representações ligadas ao sector, o Presidente e Vereação da Câmara Municipal de Aveiro, o Governador Civil do Distrito, elementos da Assembleia Municipal, o director da Associação Industrial Portuense e outras individualidades.

Em representação da Assembleia Municipal, abriu a sessão António Garcês. O Dr. José Girão Pereira, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, congratulou-se pelo termo das negociações e pela assinatura do protocolo. O Governador Civil, Dr. Gilberto Madail, destacou a acção dos responsáveis deste acordo e disse que o Centro de Formação Profissional virá ao encontro da capacidade realizadora do Distrito de Aveiro.

Por fim, falou o Secretário de Estado que, a certa altura, agradeceu todo o entusiasmo que lhe inspirara o Distrito de Aveiro, sublinhando que o acordo celebrado com a Autarquia era uma das grandes manifestações do querer e da capacidade encontradas no Distrito.

De entre as cláusulas do documento assinado pelos outorgantes, destaca-se a que obriga o Instituto de Emprego a não afectar o edifício a fins que não sejam de utilidade pública e do âmbito de formação, educação e cultura e bem assim a cedência à Câmara Municipal de uma parte destinada à prosequção de fins de ordem cultural e recreativa.



Aveiro — Fábrica Jerónimo Pereira Campos.

BAIRRO DE SANTIAGO

No dia 5 de Julho, o Secretário de Estado da Habitação, Fernando Gomes, presidiu, no salão nobre dos Paços do Concelho, a uma cerimónia durante a qual foram entregues as chaves de 268 habitações sociais construídas na zona de Santiago.

Estiveram presentes ao acto o Governador Civil do Distrito, o Director-Geral do Planeamento Urbanístico, o Presidente e Vereação da Câmara Municipal, responsáveis do ex-Fundo de Fomento de Habitação e muitas dezenas de beneficiados com este empreendimento. Ficou assim concluída parte do processo que se vinha arrastando desde há vários anos.

Na ocasião, a Direcção-Geral do Planeamento Urbanístico e a Câmara Municipal de Aveiro firmaram um acordo de assistência técnica, tendo em vista a recuperação do centro histórico de Aveiro, através da criação de um Gabinete Técnico Local, ao qual, nos termos do protocolo, caberá elaborar os projectos de reabilitação de espaços comuns e de edifícios degradados, promover e acompanhar as respectivas obras, informar e apoiar os proprietários e inquilinos na restauração das habitações, dar parecer sobre o licenciamento de obras e submeter à aprovação da Câmara o orçamento e o plano trienal deste programa.

Na abertura da sessão, o Presidente da Câmara referiu-se ao «drama habitacional» na cidade de Aveiro, manifestando-se esperançado na continuidade do Plano Integrado de Santiago, cuja segunda fase inclui a construção de mais de mil fogos.

A encerrar, falou o Secretário de Estado para focar os problemas da habitação em geral e os de Aveiro em particular e para garantir que o Plano Integrado de Santiago iria continuar, através de empreendimentos da iniciativa privada, do movimento cooperativo e da Edilidade, logo que fique clarificada a propriedade dos terrenos.

Fernando Gomes ainda aproveitou a oportunidade para se reunir com a Vereação Municipal e para visitar Santiago e algumas das casas entregues momentos antes.



Aspecto da mesa da presidência, na cerimónia da entrega das chaves.

A Feira do Artesanato da Região de Aveiro - FARAV/85 — abriu as suas portas ao público na tarde do dia 20 de Julho, encerrando-as em 18 de Agosto. Nela participaram mais de meia centena de artesãos e catorze Câmaras Municipais do Distrito de Aveiro.

Organizado pelas Serviços de Turismo da Edilidade Aveirense, o certame realizou-se no recinto das Feiras e Exposições — local em que o Município pretende centralizar tal género de actividades.

Este ano, a Feira do Artesanato integrou-se nas comemorações do 150.º aniversário da criação do Distrito de Aveiro — o que enriqueceu o vasto programa cultural e recreativo, em que participaram também os Municípios representados.

XIV EXPOSIÇÃO FILATÉLICA NACIONAL

Com o patrocínio da Câmara Municipal de Aveiro, realizou-se nesta cidade a XIV Exposição Filatélica Nacional — AVEIRO/85; organizada pela Secção Filatélica e Numismática do Clube dos Galitos, contou ainda com a colaboração dos Correios e Telecomunicações de Portugal, da Federação Portuguesa de Filatelia, do Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis e do Governo Civil de Aveiro. O certame esteve patente nos pavilhões do recinto municipal das Feiras e Exposições, desde 4 até 13 de Outubro. Pela sua dimensão — um total de cerca de 250 000 selos em 1 530 quadros expositores, representando 315 colecções filatélicas e ocupando uma área de 6 000 metros quadrados — a mostra assumiu-se como a maior até hoje realizada no nosso País.

Usando palavras, então proferidas, do Dr. Leiria Viegas, director dos Serviços de Filatelia dos CTT, a exposição «ultrapassa tudo o que se tem feito em Portugal, quer pelo espaço que ocupa, quer pelo elevado número de expositores, quer pela qualidade das colecções, quer ainda pelo primor da organização; trata-se de uma exposição de grande nível. Em termos arquitectónicos, tudo está perfeito e as pessoas empenhadas na organização da AVEIRO/85 tiveram o bom gosto de a expor com espaço». Por outro lado, o grande número de visitantes, que excedeu as expectativas, veio comprovar o valor do certame.

Na cerimónia da inauguração, estiveram presentes o Governador Civil, em representação do Primeiro-Ministro, o Presidente da Edilidade Aveirense em exercício, Eng.º Sequeira Pereira, e a Vereação Municipal, diversos autarcas do Distrito, o director-geral dos CTT, o director-regional dos CTT, o presidente da Federação Portuguesa de Filatelia, o presidente das colectividades filatélicas da Galiza, o presidente de uma das federações regionais da Alemanha Federal, o presidente do Clube Filatélico Português de Estugarda, o director-geral dos CTT de São Tomé e Príncipe e várias individualidades.

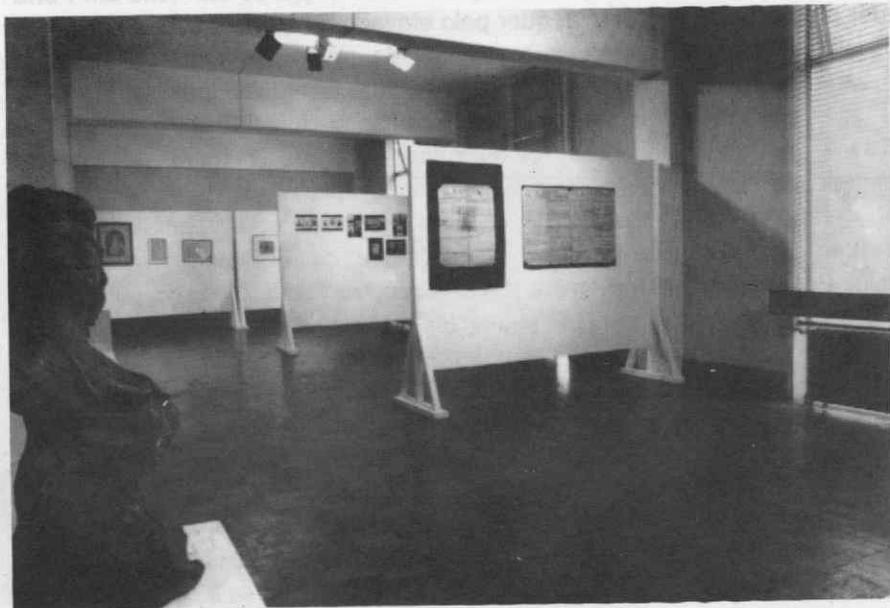
O Clube dos Galitos, no desejo de demonstrar à Câmara Municipal de Aveiro e sua gratidão pelo valioso e insubstituível patrocínio que lhe proporcionara para esta realização, concedeu-lhe a medalha de ouro da XIV Exposição Filatélica Nacional.

75.º ANIVERSÁRIO DA REPÚBLICA

A 5 de Outubro, precisamente na data em que se completavam 75 anos da proclamação oficial da República no nosso País, foi inaugurada uma exposição iconográfica no salão cultural do Município. A mostra, organizada pelos Serviços de Cultura da Câmara numa perspectiva estritamente cultural e informativa, patenteou centenas de imagens, entre fotografias, caricaturas, desenhos, postais, curiosidades filatélicas e vários bustos da República — com base numa colecção que pertence quase totalmente ao aveirense Prof. Doutor António Pedro Vicente.

Durante o tempo da exposição, foi lançado o livro-catálogo «Instauração da República - Imagens da Época» e um busto, em barro vermelho, da autoria de José Augusto. Assinalando este acto, o Dr. Nuno Severiano Teixeira, membro dos corpos docentes da Universidade de Évora e da Universidade Católica, proferiu uma interessante palestra sobre «A Imagética da República». O livro foi prefaciado pelo Prof. Doutor António Pedro Vicente e constitui um trabalho de grupo, cuja coordenação coube ao Vereador da Cultura, Custódio Ramos, que contou com a colaboração dos Drs. Emanuel Cunha e Manuel Rodrigues.

Acerca da exposição, o Dr. Severiano Teixeira afirmaria que a cidade de Aveiro e, em especial, o Pelouro da Cultura, bem como o Dr. Pedro Vicente, prestaram sem dúvida nenhuma um serviço à cultura portuguesa. Relativamente ao catálogo, que classificou de extraordinário e magnífico, diria que «neste género de temática e nesta forma tão apurada sob o ponto de vista gráfico e da informação que veicula, não tenho qualquer dúvida em dizer que é o primeiro que se faz em Portugal».



Um pormenor da exposição comemorativa do 75.º aniversário da implantação da República em Portugal.

No dia do encerramento, o Prof. Doutor Fernando de Sousa no uso da palavra.



No dia do encerramento, 20 de Outubro, o Prof. Doutor Fernando de Sousa, da Universidade do Porto, pronunciou uma conferência subordinada ao tema «A implantação da República em Portugal», a que se seguiu um tempo de esclarecimento com perguntas e respostas. Ao iniciar as suas palavras, o orador pôs em evidência que o conteúdo da conferência que ia proferir podia ser visto nos painéis da exposição, que qualificou de «extremamente importante, possivelmente das mais importantes das que, sobre este tema, foram feitas até agora no nosso País».

A exposição foi vista com muito interesse por inúmeros visitantes, particularmente pelos professores e alunos das escolas dos vários graus de ensino.



Um aspecto da assistência na sessão de encerramento.

OLARIA DE ARADAS REPÚBLICA

A localidade de Aradas, na zona suburbana de Aveiro, foi em tempos, juntamente com Ovar, um dos centros oleiros mais importantes da nossa região; aí se fabricava louça utilitária, em barro vermelho vidrado e em barro preto.

Tendo-se interessado pelo seu conhecimento e pelo seu estudo, Manuel Francisco Duram Cartacho e Maria Helena Lemos, da Escola Superior de Belas Artes, do Porto, resolveram fazer a pesquisa deste género de olaria popular, que outrora prosperou na referida povoação mas que hoje apenas se reduz a dois oleiros. Para isso, tiveram o incentivo e o apoio da Câmara Municipal de Aveiro que, em 2 de Maio de 1984, deliberou aceitar a sua proposta de trabalho e conceder-lhes um subsídio para despesas de deslocação, hospedagem e material.

Do programa constaram diversas visitas aos oleiros, não apenas para os entrevistar e com eles conversar, mas também para os acompanhar de perto na sua actividade. Simultaneamente foram tiradas fotografias a preto e branco e diapositivos em cor, que documentam as várias fases do fabrico das peças de olaria; fez-se ainda um filme em «vídeo». Um duplicado do material recolhido e um relatório circunstanciado do levantamento etnográfico-artístico foram entregues à Câmara Municipal, durante o mês de Outubro, pelos referidos Manuel Francisco Duram Cartacho e Maria Helena Lemos, conforme o que fora acordado numa das cláusulas do contrato.

Actualmente, o panorama da olaria em Aradas é comparável ao que se verifica noutros centros congéneres do País, onde se tem perdido grande parte das formas tradicionais pelo advento de outros materiais mais acessíveis e mais resistentes ou pela industrialização crescente dos meios de laboração. Por tal motivo, iniciativas como esta são sempre de acarinhar e estimular, em ordem ao conhecimento das nossas tradições — e entre elas encontra-se a olaria, cujo início e fixação na zona de Aveiro se perdem em séculos recuados.



Seis aspectos do fabrico de peças cerâmicas: preparando o barro, separando a peça da rodela, brunindo a peça, secagem das peças, aplicação do vidrado e desenformamento.

UM FORNO SUEVO-VISIGÓTICO EM EIXO

Na freguesia de Eixo, no dia 12 de Dezembro, quando se procedia a escavações de saibro para uma empresa da região, foi descoberto um forno cerâmico, que se admite ser da época suevo-visigótica, compreendida entre os séculos VI e VIII da nossa era. O antiquíssimo forno encontrou-se na Costa de Arribas (Ribeirinho), a mais de três metros de profundidade, num prédio pertencente ao Dr. João Rocha Machado. Presume-se que na zona haveria barro em grande quantidade, até porque, desde tempos imemoriais, um local daquela vila, não muito distante do precioso achado, se apelida de «Barreiro». O forno situava-se, na época suevo-visigótica, à beira de água, precisamente na margem sul do braço de mar que se alongava até ao Marnel — o que tornaria fácil o transporte fluvial ou marítimo dos produtos fabricados.

No dia 18, deslocou-se ao local, para examinar o forno, o Dr. Carlos Brochado de Almeida, director das escavações arqueológicas da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, acompanhado pelo Dr. Artur Jorge Leite de Almeida, da mesma Universidade. Aí se verificou que «o forno parece ter uma planta rectangular com a boca orientada para a linha de água» e compõe-se «de uma câmara de aquecimento com quatro ou cinco arcos de volta inteira, rodeados de grossas paredes, possivelmente em pedra e que constituem a estrutura exterior» — segundo a opinião do Dr. Carlos Brochado de Almeida, que prossegue, dizendo: — «Os arcos são, ao que parece, feitos em tijolo *tipo burro*, rebocados por grossas camadas de barro, onde estão bem patentes os sinais da longa acção do fogo; sobre os arcos assenta a grelha».

O mesmo professor universitário pensa ser este «um exemplar de forno que, como tantos outros conhecidos e já estudados, cozia produtos destinados ao sector habitacional; tégula, ímbrex e tijolos há-os no forno e nas imediações. Daí que não seja muito arriscado conjecturar que este forno cozeria produtos similares».

É de louvar a atitude do motorista da escavadora que teve o cuidado de não destruir o forno e de logo avisar o presidente da Junta de Freguesia, que por sua vez, se pôs em contacto com o Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Aveiro. Espera-se, agora, que as respectivas entidades procurem acautelar o forno, que terá de ser acompanhado na sua completa escavação e na sua possível reconstituição, dada a fragilidade do material.

Supõe-se que outros fornos cerâmicos existam na área da freguesia de Eixo, de diversas épocas, dadas as características do solo e a tradição oleira da região. Que ao menos se preserve este, uma vez que outros, embora mais recentes, já foram lamentavelmente destruídos, não há ainda muitos anos.

Em deliberação posterior, o Executivo decidiu apoiar os trabalhos de escavação e salvaguarda do forno. O material exumado será entregue à Câmara Municipal para, com ele, se reconstituir o forno na Galeria-Museu, presentemente em organização.

NOTÍCIAS BREVES

Abril, 1	A Câmara deliberou apoiar a realização de um filme sobre «Os Moliceiros», destinado à TV Francesa, mostrando interesse na aquisição de uma cópia para o Município.	Filme «Os Moliceiros»
	Por proposta do Vereador Custódio Ramos, foi deliberado proceder à informatização da Biblioteca Municipal, tarefa confiada à Associação de Informática da Região Centro, com delegação em Aveiro.	Informatização da Biblioteca
	Por proposta do Vereador Vitor Silva, foi deliberado criar em Aveiro o Museu de Caça e Pesca e iniciar a sua instalação, a título provisório, na Casa de Chá do Parque Municipal	Museu de Caça e Pesca
Abril, 15	Foi deliberado que a Comissão Municipal de Turismo participe na Feira RODA-TUR, em Barcelona.	Promoção Turística
	Foram adjudicadas as obras de iluminação da fachada da igreja da Misericórdia e da Fonte das Cinco Bicas.	Iluminação de Monumentos
Abril, 29	Por proposta do Presidente, a Câmara deliberou apoiar a Criação do «Centro de Artesanato de Aveiro», tendo como suporte jurídico a Cooperativa de Artesãos «A Barrica».	Centro de Artesanato
Maió, 13	Foi apreciado o projecto de iluminação da fachada do edifício do antigo Convento das Carmelitas e aberto o concurso para a execução da respectiva obra.	Iluminação de Monumentos
Maió, 20	Foi deliberada a aplicação de painéis artísticos na rua de Belém do Pará e na rua de Coimbra, da autoria de Vasco Branco, e na rua do Clube dos Galitos da autoria de Cândido Teles.	Painéis Artísticos
Maió, 27	O Vereador Custódio Ramos propôs se comemorasse o Dia Mundial da Criança — 1 de Junho — em colaboração com o Secretariado Regional das Associações de Pais.	Dia Mundial da Criança
Junho, 3	Por proposta do Presidente, a Câmara deliberou declarar «zona crítica» os bairros da Beira-Mar e do Albói, tendo em vista a recuperação dos respectivos edifícios, nos termos da legislação vigente.	«Zona Crítica»
Julho, 1	Por proposta do Presidente, a Câmara exarou em acta um voto de louvor ao Vereador Celso Gomes pelo trabalho desenvolvido com o maior empenho e dedicação nas «Jornadas da Ria».	Voto de Louvor
Julho, 8	O Vereador Custódio Ramos recordou à Câmara o 70.º aniversário do Jornal «Ecos de Cacia», tendo proposto que o Executivo se associasse à homenagem ao seu director, o que foi aprovado por unanimidade.	Homenagem
Julho, 19	Foram presentes à Câmara o Foral de Esgueira e o Livro de Acordos da Câmara de 1580, documentos históricos cedidos pela Exm.ª Família de Francisco Ferreira Neves, tendo a Câmara deliberado aceitar e agradecer a doação.	Doação
Setembro, 16	A Câmara nomeou seu representante na Região de Turismo «Rota da Luz» o Vereador Moreira Tavares.	Turismo

Outubro, 14	O Presidente felicitou o Vereador Custódio Ramos por todo o trabalho desenvolvido a propósito da comemoração dos 75 anos da Implantação da República e propôs fosse exarado em acta um voto de louvor, o que foi aprovado.	Voto de Louvor
Outubro, 21	A Câmara tomou conhecimento de que o trabalho de inventariação do Arquivo Municipal, confiado ao Prof. Doutor Fernando de Sousa, estava concluído.	Arquivo Histórico
Outubro, 28	O Vereador Moreira Tavares comunicou à Câmara que o proprietário do moinho sito junto à A.N. 109-7 se comprometeu à sua recuperação.	Moinho
Outubro, 28	O Vereador Custódio Ramos reiterou a necessidade de se arranjar instalações adequadas ao depósito e exposição do espólio cultural da Câmara, designadamente dos quadros e outros objectos de arte, oferecidos ao Município durante este mandato na expectativa da criação de um museu. Debatido o assunto, foi deliberado preparar o rés-do-chão do edifício contíguo à igreja da Misericórdia, de modo a atingir-se aquele objectivo, reservando-se também lugar para exposições temporárias.	Museu Municipal
Novembro, 18	O Vereador Moreira Tavares comunicou que foi contactado pela Universidade de Aveiro no sentido de lhe ser cedida a lancha n.º 2 do Turismo para pesquisas dos sedimentos da Ria. Foi deliberado ceder a referida embarcação, a título gratuito, unicamente para aquele fim.	Cedência de lancha
Dezembro, 2	Por proposta do Vereador Custódio Ramos, foi deliberado que o nome do Dr. Francisco Ferreira Neves venha a figurar na toponímia da cidade. Trata-se de um ilustre aveirense que deixou escrita uma obra importantíssima para a história de Aveiro e cujos familiares cederam à Câmara Municipal o «Foral de Esgueira» e o «Livro de Acordos da Câmara de Aveiro de 1580».	Toponímia
Dezembro, 9	Por proposta do Vereador Custódio Ramos, foi deliberado que ao rés-do-chão do edifício sito na Rua dos Combatentes da Grande Guerra (ex-Casa liberal) se dê o nome de «Galeria-Museu Municipal».	Galeria-Museu Municipal
Dezembro, 17	A Câmara deslocou-se a Lisboa, à sede da fundação Calouste Gulbenkian, onde fez a entrega da Medalha de Ouro da Cidade ao Doutor José de Azeredo Perdigão, Presidente da Administração daquela Fundação. Esta distinção honorífica demonstra o testemunho de gratidão deste Município àquela Entidade.	Distinção honorífica
Dezembro, 23	A Câmara deliberou concordar com a iniciativa do Vereador Custódio Ramos em mandar recuperar a colecção de ampliações de fotografias antigas de Aveiro, que se encontravam nos armazéns gerais.	Fotografias antigas

EDIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

1. — LIVROS E OPÚSCULOS

AVEIRO, BERÇO DA LIBERDADE, A REVOLUÇÃO DE 16 DE MAIO DE 1828 — Marques Gomes - Ed. 1928.

AVEIRO, ROTEIRO DA CIDADE — Comissão Municipal de Turismo - Ed. 1945.

DIVAGAÇÕES DE UM TERCEIRO — Jaime de Magalhães Lima - Ed. 1957.

DISCURSO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DR. ALBERTO SOUTO NO ACTO SOLENE DA SUA POSSE EM 11 DE MAIO DE 1957 - Ed. 1957

EFEMÉRIDES AVEIRENSES. VOL. I — António Cristo - Ed. 1959.

COLECTÂNEA DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS. VOL. I — Rocha Madail - Ed. 1959.

JOSÉ ESTÉVÃO - ESTUDO E COLECTÂNEA — Comissão do Centenário de José Estêvão - Ed. 1962.

O MEU DIÁRIO DE VIAGEM — D. João Evangelista de Lima Vidal - Ed. 1967.

COLECTÂNEA DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS. VOL. II — Rocha Madail - Ed. 1968.

LIVRO DE ACORDOS DA CÂMARA DE AVEIRO DE 1580 — Francisco Ferreira Neves - Ed. 1971.

MOLICEIROS — Diamantino Dias - Ed. 1971.

AVEIRO E A SUA REGIÃO — Fernando Rebelo / Ângelo Quaresma - Ed. 1979.

A FREGUESIA DE SÃO BERNARDO — João Gonçalves Gaspar - Ed. 1980.

A PRINCESA SANTA JOANA E A SUA ÉPOCA. 1452-1490 — João Gonçalves Gaspar - Ed. 1981.

ROTEIRO DE AVEIRO — Comissão Municipal de Turismo - Ed. 1983.

JOSÉ ESTÉVÃO - DISCURSOS PARLAMENTARES Ed. 1983 (Reimpressão fac-similada da 1.ª edição).

AVEIRO. NOTAS HISTÓRICAS — João Gonçalves Gaspar - Ed. 1983.

CACIA E O BAIXO VOUGA - APONTAMENTOS HISTÓRICOS E ETNOGRÁFICOS — Bartolomeu Conde (Coordenador) - Ed. 1984.

AVEIRO ANTIGO. CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO DE ANTÓNIO GRAÇA — Ed. 1985.

INSTAURAÇÃO DA REPÚBLICA. COMEMORAÇÃO DOS 75 ANOS. IMAGENS DA ÉPOCA — Coordenação de Custódio Ramos, Emanuel Cunha e Manuel Rodrigues - Ed. 1985.

BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO — n.º 1 Março de 1983; n.º 2 — Outubro de 1983; n.º 3 — Abril de 1984; n.º 4 — Outubro de 1984; n.º 5 — Março de 1985; n.º 6 — Dezembro de 1985.

2. — CERÂMICA

ESTATUETA DE SANTA JOANA — Escultor: Jorge José de Figueiredo; Material: «Biscuit»; Oficina: Fábrica da Vista Alegre; Tiragem: Mil exemplares numerados (Série limitada); Ano: 1983.

ESTATUETA DE SANTA JOANA — Escultora: D. Maria Graciosa Mendes de Carvalho; Material: Barro vermelho; Oficina: José Augusto; Ano: 1983.

BUSTO DA REPÚBLICA — Escultor e oficina: José Augusto; Material: Barro vermelho; Ano: 1985.

3. — NUMISMÁTICA

MEDALHA COMEMORATIVA DO 225.º ANIVERSÁRIO DA ELEVÇÃO DE AVEIRO A CIDADE — Desenho: José Augusto; Diâmetro: 8,9 cm; Material: Bronze; Tiragem: 500 ex. Ano: 1984.

MEDALHA COMEMORATIVA DO 550.º ANIVERSÁRIO DA FEIRA DE MARÇO — Desenho: Jorge Trindade; Diâmetro: 7,9 cm; Material: Bronze; Ano: 1984.

la carta de foral d'ado do lugar de
esguerra do moesterio de loruan
do orden de sam bernardo pera se
pre virem fazemos saber que por
bem dae Snae e determinacoee
Jernae e espiaciae que foram da
dae e fertae per nos e com os do
nosso conselho e letenidos acerqua
doe fornaes doe nosse regnae e
doe ditoe teace e tributoe que
se penelle deuran da recadar qui
guar Caspellae Inqricoes q
principalmente mandamos fazer
amto doe lugares de nosse te
gnae e Snorioe justificadae pu
mero com as pesaas que as ditoe
ditoe teace tribuam Achamos
per composicao e otracto que os
tribut foros e ditoe teace no di
to lugar se deuen e an de ateca
dar e pagar daquenduaute na
maneira e forma seguinte